



Ata da 8ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim-ES, referente ao 1º Período da 2ª Sessão Legislativa da 9ª Legislatura, realizada no dia 22 de março de 2022.

Aos vinte e dois dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e dois, **sob a Presidência do Vereador Brás Zagotto**, realizou-se, com início às quatorze horas e dezoito minutos, a Oitava Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim–Espírito Santo, referente ao Primeiro Período da Segunda Sessão Legislativa da Nona Legislatura. / Conforme o registro de chamada, foi constatada a ausência do Vereador Arildo Tomaz Bucker. / Na abertura dos trabalhos, o Edil Adriano Pereira Verediano fez a leitura da passagem bíblica. / A seguir, o secretário procedeu a leitura do **Expediente da Mesa**, que se constou do seguinte: **Ofícios Externos ao Legislativo:** 18, 19 e 20/2022 – Éder Botelho da Fonseca – IPACI. **Projetos de Lei:** 24/2022 – Leonardo Cleiton Camargo; 21/2022 – Paulo Grola; 22/2022 – Poder Executivo; 23/2022 – Sebastião Ary Corrêa. **Indicações:** 1224, 1225, 1226, 1227, 1228, 1229, 1230, 1231 e 1232/2022 – Adriano Pereira Verediano; 1199, 1200, 1201 e 1202/2022 – Alexandre Andreza Macedo; 1123, 1124, 1125, 1126, 1127, 1134, 1136, 1137 e 1138/2022 – Alexandre Valdo Maitan; 1178, 1180, 1190, 1191 e 1240/2022 – Allan Albert Lourenço Ferreira; 1192, 1193, 1194, 1195, 1196, 1197, 1198 e 1215/2022 – Arildo Tomaz Bucker; 1121, 1207 e 1208/2022 – Brás Zagotto; 1115 e 1164/2022 – Diogo Pereira Lube; 1177 e 1203/2022 – Ely Escarpini; 1128, 1150, 1151, 1152, 1153, 1154, 1204 e 1205/2022 – Evandro Miranda; 1139, 1140, 1141, 1142, 1143, 1144 e 1145/2022 – José Carlos Corrêa Cardoso Júnior; 1158, 1159, 1160, 1161, 1163, 1186, 1187, 1188, 1189, 1216, 1217, 1218, 1219, 1220, 1221, 1222, 1223, 1234, 1235, 1236, 1237 e 1238/2022 – Leonardo Cleiton Camargo; 1116, 1117, 1118, 1119, 1120, 1129, 1130, 1146, 1147, 1148, 1149, 1206, 1233, 1239 e 1241/2022 – Marcelo Fávero de Oliveira; 1166, 1167, 1168, 1169, 1170, 1171, 1172, 1173, 1174, 1175, 1176, 1181, 1182, 1183, 1184 e 1185/2022 – Osmar Francisco; 1165/2022 – Paulo Grola; 1209, 1210, 1211, 1212, 1213 e 1214/2022 – Paulo Sérgio de Almeida; 1132, 1133, 1135, 1155, 1156, 1157 e 1162/2022 – Sandro Dellabella Ferreira; 1254, 1255, 1256, 1257, 1258, 1259, 1261, 1262 e 1263/2022 – Sebastião Ary Corrêa. **Requerimentos:** *Votos de Congratulação:* 177/2022 – Alexandre Valdo Maitan; 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222 e 223/2022 – Osmar Francisco; *Votos de Pesar:* 22/2022 – Evandro Miranda; 23/2022 – Leonardo Cleiton Camargo; 24/2022 – Paulo Sérgio de Almeida. **Projetos de Decreto Legislativo:** 11, 12, 13 e 14/2022 – Adriano Pereira Verediano; 10 e 16/2022 – Marcelo Fávero de Oliveira; 08 e 09/2022 – Paulo Grola. **Veto:** 10/2022 – Poder Executivo. **Projeto de Resolução:** 03/2022 – Diogo Pereira Lube e demais vereadores. / **Adriano Pereira Verediano, levantando questão de ordem:** — Pergunta ao presidente se o Projeto de Lei 06/2022, do Poder Executivo, dispendo sobre cotas, pode ser incluído na pauta do dia. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Responde que sim e acata a solicitação do vereador. / Logo após, a pedido do Presidente Brás Zagotto, foi observado um minuto de silêncio pelo falecimento da Ariane, filha da servidora Adriana Pessim. Informa que a Ariane tinha vinte e dois anos de idade e sofreu um acidente de moto no Município da Serra. / Na sequência, passou-se ao **Pequeno Expediente**, quando usaram a tribuna os seguintes Edis: / **Osmar Francisco:** — Parabeniza os agentes de saúde, que visitam as casas e sabem o que os doentes estão precisando; portanto, merecem respeito e melhores condições de trabalho. Diz que

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”



os agentes podem contar com ele, pois dará seu voto a favor da categoria para que tenha o aumento merecido. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Informa aos agentes de saúde e aos de combate a endemias presentes no plenário que, de acordo com o Regimento Interno da Casa, não podem se manifestar batendo palmas. / **Osmar Francisco:** — Repete que podem contar com ele, pois fazem um trabalho digno, cuidando com carinho das pessoas acamadas. Conta que a comunidade de São Vicente estava sofrendo com relação ao ônibus, já que, antes, ele saía de lá às 7:00 horas, voltava às 10:30, saía novamente às 12:30 e retornava às 16:00 horas; porém, passou a sair de lá às 7:00 horas e só retornar às 16:00 horas, o que obrigava as pessoas a ficarem na cidade até mais tarde, sendo necessário gastarem dinheiro para se alimentar. Então, diz que, graças a Deus e ao empenho dele, Chupeta, conseguiu que o ônibus fizesse a linha daquela comunidade durante toda a semana, o que deixou o povo feliz. Destaca que a mesma coisa ocorreu em São Joaquim, que estava sem ônibus aos domingos e feriados, e conseguiu que o coletivo retornasse àquela comunidade nesses dias. Inclui agradecer ao governo também pela limpeza da praça de São Joaquim. Deixa claro que é vereador de Cachoeiro de Itapemirim e, portanto, representa todas as comunidades. / **Sebastião Ary Corrêa:** — Parabeniza os agentes de saúde e os de combate a endemias e diz que todo esse problema se deve ao fato de o projeto não ter passado pelas comissões da Câmara. Ressalta que o prefeito faz porcaria e, depois, manda o projeto de volta para os vereadores consertarem. Diz acreditar que os vereadores não serão insanos ao ponto de votar contra os servidores, até porque nenhum trabalhador é diferente do outro; portanto, um não pode ganhar mais, já que todos são servidores. Pergunta por que um tem que ser diferenciado do outro. Apela ao presidente que não aceite mais esse negócio de regime de urgência. Avisa que vai pedir vista a todos os projetos que chegarem à Câmara com urgência, porque os vereadores não têm como analisar as matérias; por isso, acabam passando porcarias que fazem os trabalhadores sofrerem, basta ver que, agora, os agentes estão reivindicando um direito que já é deles. Considera isso uma vergonha para o Poder Executivo. Indaga por que trocar o tíquete, se já existia um bom, sendo que em time que está ganhando não se mexe. Registra que os agentes podem contar com ele e com a maioria dos vereadores, pois o prefeito precisa parar de diferenciar funcionários. Agradece, nas pessoas do Capitão Assunção e de Theodorico Ferraço, a todos os deputados estaduais pela fala que teve na Assembleia Legislativa, através de um telefonema, quando pediu ao governador que enviasse dinheiro para a Santa Casa de Cachoeiro. Destaca que todos os vereadores estavam empenhados em resolver o problema daquele hospital, porque seria uma vergonha para Cachoeiro, se o governador não liberasse o dinheiro destinado pela Senadora Rose de Freitas. Diz saber que o governador doaria alguma coisa, mas bem próximo das eleições para aparecer como o pai da criança. Também agradece aos Vereadores Delandi, Allan, Paulo Grola e outros, que têm batalhado pela área da saúde. Salienta ainda que o Vereador Brás tem sido um verdadeiro herói nessa luta em favor da Santa Casa, fazendo várias reuniões. Conta que, nos três minutos que teve por telefone para falar na Assembleia Legislativa, pediu a todos os deputados que ajudassem a Santa Casa por saber que o governador é um homem sem palavra. Lembra que, na semana retrasada, fez pressão contra o governador e acha que ele sentiu um pouco de vergonha; por isso, veio a Cachoeiro colocar um “curativo no dente” da Santa Casa. Então, informa que a Santa Casa vai receber 8 milhões de reais para amenizar uma dívida de 132 milhões de reais. Espera que esse dinheiro realmente atenda as urgências e emergências do hospital. Analisa que é fácil para as outras cidades do Sul do Estado fazer política de saúde, pois compram ambulâncias, jogam os doentes dentro e mandam para a Santa Casa de Cachoeiro; porém, não enviam sequer 1 centavo para ajudar o referido hospital. Agradece a todos os vereadores pelo empenho e também aos deputados, principalmente o Capitão Assunção, que chamou o governador à responsabilidade. Registra que o governador não cumpriu o compromisso dele, que era destinar 5 milhões e 500 mil reais mais 1



milhão 250 mil reais para a Santa Casa, já que enviou ao hospital o dinheiro de emenda parlamentar da Senadora Rose. Inclusive comenta que, segundo soube, o governador mandará para o hospital o dinheiro do Estado e, quando o da senadora chegar, vai repor. Menciona também o seu lamento quanto à situação da agência do INSS de Cachoeiro, pois a Prefeitura não liberou a reforma daquele prédio e, com isso, as pessoas não conseguem fazer os exames para se encostar ou aposentar. Mostra um laudo do Corpo de Bombeiros interditando parte do prédio do INSS e deixa claro que não é o prefeito, o secretário e os vereadores que sofrem com isso, e sim a população mais carente que precisa dar entrada na aposentadoria. Então, frisa que o prefeito não pode ficar brincando com a vida dos outros, pois há pessoas que vêm da roça e encontram a agência fechada, já que não há também uma política de informação. Enfatiza que a agência do INSS está fechada por culpa da Prefeitura, que não deu a liberação para a reforma do prédio e, agora, ele foi interditado pelo Corpo de Bombeiros. Salienta que os governantes covardes, a exemplo do de Cachoeiro, procedem dessa forma com a população. Inclusive cita que o Governo Municipal fez um projeto horrível que deixa os agentes totalmente desequilibrados, pois não podem ganhar menos do que os outros funcionários. Destaca que os agentes visitam pessoas doentes ou vão às casas colocar veneno para combater pragas, passando até por situações adversas. Diz que, infelizmente, vê que quem mais trabalha e produz é considerado pela Prefeitura o menos merecedor. Frisa que a única forma de dizer que está ao lado dos agentes é votar a favor da categoria. / **Ely Escarpini:** — Registra que foi dado início à obra do mega posto de saúde, na Rua Baixo Guandu, no Bairro Zumbi, ao lado do CRAS e da quadra poliesportiva. Conta que fez várias indicações ao prefeito para aquela rua, visto que o movimento lá vai aumentar muito, mas sabe que não é possível resolver o problema, se não houver recurso financeiro. Então, informa que, ontem, teve uma reunião, em Vitória, com a Dra. Jacqueline, Vice-Governadora do Estado, e com o Deputado Alexandre Quintino e conseguiu 3 milhões e 500 mil reais, sendo que 2 milhões de reais já estão na conta da Prefeitura para a construção dos muros das Ruas Baixo Guandu e José Antônio Santana. Ressalta que esses 2 milhões de reais não são de emenda parlamentar, e sim de um consórcio. Comenta que o restante desse dinheiro, ou seja, 1 milhão e 500 mil reais, será usado para a construção da ponte de Cocuí, que é uma comunidade localizada perto da fábrica de cimento, a qual fica ilhada sempre que chove. Por fim, agradece ao Deputado Alexandre Quintino e à Vice-Governadora Jacqueline. / **Diogo Pereira Lube:** — Fala sobre a live, ontem, com o Dr. Bruno Resende, Diretor de Oncologia do Hospital Evangélico, para debater o tema medicina e política, quando foi dado um anúncio interessante para a população, pois, ao que parece, em breve, Cachoeiro contará com um hospital de referência em tratamento de câncer. Menciona que o Hospital Evangélico, com parcerias de emendas federais e estaduais, vai construir tal espaço. Dirigindo-se aos agentes de saúde e aos de combate a endemias presentes no plenário, diz que o trabalho prestado por eles é muito duro; portanto, é impossível receberem um salário menor. Enfatiza que, como vereador, jamais ficará contra servidores, especialmente os que dão a vida pela população. Avalia que pedir a redução de valores é, no mínimo, antiético e imoral por parte de qualquer órgão. Frisa que todos os profissionais de Cachoeiro merecem muito mais do que recebem, principalmente os DT's, que ganham menos que o piso da categoria. Classifica como absurdo a Prefeitura de Cachoeiro pagar tão mal aos trabalhadores, ao ponto de eles saírem do cargo para assumirem vagas em outros Municípios. / **Aparteando Brás Zagotto (Presidente):** — Ressalta que a Câmara também está participando da construção do novo prédio do hospital do câncer, anexado ao Hospital Evangélico, pois foi votado pelos vereadores o projeto de doação do terreno, além da ajuda deles quanto a emendas parlamentares. Comenta que, outro dia, ele, o Vereador Marcelinho e os representantes do Hospital Evangélico conversaram com o Secretário Da Vitória, solicitando-lhe a liberação desse projeto o mais rápido possível, pois a entidade já está com 25 milhões de reais na conta para



começar a obra, a qual vai beneficiar a população de todo o Sul do Estado. / **Diogo Pereira Lube:** — Salienta que, hoje, outra categoria de servidores o procurou para dizer que não está sendo contemplada com o piso mínimo, mesmo sendo profissionais importantes para o Município. Diz esperar respostas do Poder Executivo Municipal, na figura da Secretária de Administração. Conta que, esta semana, a Rua Pedro Gardioli, no Alto Novo Parque, recebeu o serviço de concretagem feito pela SEMMAT, sendo esse um pedido antigo dos moradores e do seu mandato. Destaca também que há um pedido antigo dos moradores para a poda de árvores da Rua Nossa Senhora da Paz, no Bairro Nossa Senhora de Fátima, sendo que, como vereador, também correu atrás disso. Registra que, no que se refere à poda de árvores em Cachoeiro, há um imbróglgio quanto ao que é de competência da Prefeitura e o que cabe à EDP. Explica que, quando os galhos de uma árvore estão encostando nos fios de alta tensão, é de responsabilidade da EDP fazer a poda, enquanto que quando estão encostando nos fios telefônicos, tal serviço cabe à Prefeitura; porém, em alguns momentos, é possível perceber que há um jogo de empurra, pois a secretária diz que é de competência da EDP, e a empresa, por sua vez, alega que cabe à secretária, enquanto que os moradores ficam prejudicados. Enfatiza que é preciso cobrar dos órgãos competentes, pois a população paga impostos; portanto, a cidade não pode ficar abandonada pelo poder público. / **Leonardo Cleiton Camargo (Tempo cedido também pelos Vereadores Adriano Pereira Verediano e Sandro Dellabella Ferreira):** — Diz-se feliz por ver o plenário cheio de pessoas lutando por seus direitos. Salienta que os agentes terão seus direitos respeitados por causa desse movimento da própria categoria, razão pela qual os parabeniza. Convida a servidora Marry, que é agente de combate a endemias, para falar em nome da categoria. / **Marry Santana:** — Cumprimenta a todos e, em nome da maioria dos agentes de combate a endemias do Município, abarcando também os colegas de profissão ACS, reivindica o cumprimento dos direitos assegurados pela Lei 7938/2022, que, em seu artigo 1º, diz que fica instituído o benefício auxílio-alimentação concedido aos servidores estatutários e celetistas em atividade na administração direta e indireta do Poder Executivo Municipal. Para os vereadores entenderem por que os agentes têm direito ao tíquete integral, mostra cópia de seu contracheque, onde consta que o seu vínculo é estatutário, e também cópia do seu registro junto ao CNES, Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde. Acrescenta que os agentes de saúde e os de combate a endemias precisam ter vínculo direto com o Município para que a verba federal chegue à Prefeitura. Então, explica que, de acordo com esse vínculo do CNES junto ao Ministério da Saúde, todos os agentes são estatutários. Fala ainda sobre a Lei 7751/2019, que aborda o plano de cargos e salários da categoria, onde também estabelece o vínculo estatutário. Portanto, pergunta por qual motivo o Município nega à categoria o direito a 100% do auxílio-alimentação, se os agentes constam como estatutários no contracheque da Prefeitura, no site do Ministério da Saúde (CNES) e também na Lei 7751/2019. Comenta que algumas pessoas, tanto do plenário quanto da administração pública, dizem que os agentes são estatutários especiais; diante disso, informa que os servidores pesquisaram sobre tal denominação e encontraram no artigo 37 da Constituição Federal e também na Lei 8745/1993 apenas o termo “especial”. Explica que esse termo se refere a contratações que atendem por prazo determinado por excepcional interesse público, o que não é o caso dos servidores públicos ocupantes dos cargos de agentes comunitários de saúde e de agentes de combate a endemias. Frisa que os agentes não foram contratados por prazo determinado para trabalhar apenas por uma epidemia. Então, deixa claro que os agentes pedem aos vereadores que pesquisem, consultem advogados que conheçam leis acerca da categoria e verifiquem também os contracheques no Portal da Transparência para constatarem que o vínculo desses servidores junto ao Governo Federal, no site do CNES, que se familiariza com a Lei 7751/2019, é estatutário. Registra que os agentes estão exigindo primeiramente respeito por tantos anos de trabalho dedicados à cidade, desconhecimento jurídico



do que está explicitado no contracheque e cumprimento da Lei 7938/2022, pois, se são estatutários, devem receber o auxílio-alimentação integral. Cita ainda que a categoria reivindica a abertura de um requerimento, embora não saiba se essa é a forma correta de pedir, contra o não pagamento do auxílio-alimentação integral, porque o Executivo precisa dar uma explicação plausível, pautada em lei, sobre o não cumprimento disso. Pede aos vereadores que não votem a favor desse absurdo que está sendo proposto pelo Executivo e façam com que a administração cumpra a lei, assim como os edis devem fiscalizar. Ressalta que se informaram sobre quem são os componentes da Comissão de Saúde da Casa e pede que não aceitem esse absurdo que o prefeito propôs em regime de urgência, inclusive pesquisem as Leis 7786/2019, 7751/2019 e 7938/2022. Agradece a todos pela oportunidade. / **Leonardo Cleiton Camargo:** — Incentiva a sociedade a sair às ruas para cobrar seus direitos. Parabeniza a todos os agentes e diz que a categoria pode contar com o seu apoio e o dos colegas Gelinho e Sandro Irmão, que cederam o tempo deles para a categoria se manifestar. / **Allan Albert Lourenço Ferreira:** — Lembra que, no mandato anterior, os agentes de saúde e os de combate a endemias eram chamados de híbridos, ou seja, nem celetistas nem estatutários, e também não tinham tíquete, mas ele e os Vereadores Delandi, Brás, Ely, Paulinho Careca e Diogo Lube começaram uma luta. Destaca que tanto os agentes de saúde quanto os de combate a endemias trabalham todos os dias, inclusive salienta que, na pandemia, essa foi uma classe que não parou. Ressalta que o Pastor Delandi trouxe à tona a situação desses agentes e sempre cobrou um posicionamento do governo. Registra que esses trabalhadores são estatutários, conforme consta nos contracheques deles. Comenta que recebeu mensagens de alguns agentes dizendo que um colega havia dito que os vereadores já tinham se reunido com o prefeito e que estava tudo combinado; porém, afirma que isso é maldade, inclusive até gostaria que tivesse sido citado o nome de quem espalhou essa mentira para que a pessoa provasse isso agora. Diz que a categoria pode contar com ele. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Cede seu tempo do Pequeno Expediente ao procurador do Município para ele explicar melhor esse projeto. Lembra que já ouviram um representante dos servidores e, agora, vão ouvir a parte do Município para que os vereadores, depois, possam votar o projeto da forma que acharem melhor. Registra que o procurador também pode contar com o tempo do Vereador Paulo Grola. / **Thiago Bringer:** — Ressalta que, para ele, esse era um projeto muito simples, mas está tendo divergência de interpretação. Lembra que foi aprovado, no início do mês, um projeto dispendo sobre a ampliação do tíquete alimentação para os demais servidores DT's do Município, cuja matéria tinha dois principais objetivos: criar a majoração do auxílio, passando de 600 para 650 reais em março e para 700 reais em setembro, e garantir que os servidores DT's passassem a recebê-lo. Analisa que o projeto era claro; porém, reconhece que o seu olhar é jurídico, é de controle, e pode ter falhado na redação. Destaca que há entendimentos de que o poder público só está autorizado a fazer o que a lei determina expressamente. Então, salienta que há o primeiro entendimento de que, para fazer jus ao tíquete, a carreira tem que estar expressamente nominada no texto do projeto, com o que ele não concorda, mas tem que se adequar a quem fiscaliza. Frisa que não quer criar, neste momento, nenhuma celeuma jurídica quanto à possibilidade ou não de pagar os agentes comunitários de saúde e os de combate a endemias, porque eles não ficaram suficientemente claros no projeto anterior. Faz uma mea-culpa, visto que a redação do projeto encaminhado à Câmara e aprovado pelos vereadores é dele, sob o ponto de vista jurídico, quando se cria as naturezas dos vínculos e principalmente quando dá a natureza a um tipo de contratação. Enfatiza que não há nenhuma dúvida de que o Município e a legislação reconhecem os agentes comunitários de saúde e os de combate a endemias como servidores estatutários. Informa que a Constituição garante a existência apenas de dois vínculos. Lembra que a Constituição vem sofrendo uma reforma desde quando foi promulgada, ou seja, em 1988, com vínculo único; depois, surgiu a Emenda Constitucional Nº



18/1998, que ficou popularmente conhecida como a PEC da Reforma do Estado, a qual trouxe mais de um regime jurídico. Destaca que essa emenda foi declarada parcialmente inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, voltando ao regime jurídico único. Registra que, primeiro, o Supremo entendeu que o servidor não tem direito adquirido em regime jurídico; segundo, que o regime jurídico é único, que está possibilitado ser celetista apenas os empregados públicos que estão prestando serviço junto a empresas públicas ou sociedade de economia mista. Acrescenta que, no segundo ponto, veio a questão dos agentes comunitários de saúde e os de combate a endemias, sendo que a PEC foi criada para eles, pois era preciso haver a garantia da manutenção desses profissionais. Ressalta que, se fosse levar ao pé da letra os entendimentos jurídicos, seria simples e não precisava ter feito uma PEC ou lei, bastava exonerar todo mundo e fazer concurso público, pois quem passasse seria servidor efetivo estável; porém, essa não foi uma solução buscada na época e não se tinha oportunidade de efetivar esses profissionais, já que o texto constituinte originário não permitia mais isso. Comenta que o ato das disposições constitucionais transitórias permitia a efetivação de servidores que não eram efetivos, os quais vieram de uma mudança de paradigma, de um rompimento institucional. Portanto, frisa que a nova Constituição trouxe para o cargo de efetivos os servidores que não eram do regime constitucional anterior. Explica que não poderia haver uma PEC que faria isso novamente, porque ela seria contrária ao texto constituinte originário; assim, criou-se a figura que não vai chamar de híbrida, e sim de servidores estatutários sem direito à estabilidade do artigo 37, inciso II, da Constituição Federal. Menciona que a lei é clara no sentido de dizer que eles só podem ser demitidos através de um processo administrativo disciplinar, o que também é conferido aos servidores efetivos. Deixa claro que a jurisprudência tratou assim, inclusive há uma que usa essa palavra, a qual não vai citar. Repete que o PL que foi aprovado na Câmara, na semana retrasada, tinha o objetivo de majorar o tíquete alimentação e pagar às categorias que não são servidores efetivos estáveis 50% desse valor, ou seja, passar de 300 para 325 reais e, em setembro, para 350 reais. Comenta que, como o texto não ficou claro em relação aos agentes, pediu ao prefeito que reencaminhasse o projeto à Câmara, fazendo a correção e também incluindo a categoria na condicionante atual, que é daqueles servidores que recebem 50%. Menciona que a Andrea, do sindicato, lhe perguntou por que a categoria não podia receber os 100% do tíquete, ao que respondeu que não era que não podia, e sim devido ao fato de ela ser vinculada à Secretaria Municipal de Saúde, cuja área, por força de lei federal, é chamada de outra Prefeitura, já que faz a prestação de contas de forma separada do restante da administração municipal. Registra que a prestação de contas apresentada ao TC é da Prefeitura e da Saúde. Salienta que qualquer lei encaminhada ao parlamento que aumente despesa é obrigada a informar o impacto orçamentário positivo no exercício vigente e nos próximos dois. Inclusive ressalta que os vereadores podem ver no PL apresentado que está junto o impacto orçamentário. Diz que o Governo Federal está fazendo a desmobilização daquilo que foi mobilizado na pandemia do Coronavírus. Pergunta como foram aplicados os recursos da saúde na pandemia. Responde que houve a troca da verba de investimento para verba de custeio, com vistas a arcar com a ampliação do serviço de saúde na pandemia do Covid, sendo que, agora, o Governo Federal não tem mandado mais isso. Ressalta que a desmobilização da pandemia está gerando um indício de déficit na unidade gestora de saúde. Destaca que o setor de servidores efetivos estáveis não consegue dar a declaração de que o tíquete de 100% para a categoria vinculada à Secretaria de Saúde está dentro do impacto orçamentário da citada pasta. Avisa que o governo está trabalhando com a perspectiva de zerar esse déficit este ano para iniciar 2023 com uma proposta orçamentária equilibrada para a Secretaria de Saúde, para, dentro dessa nova realidade, ser possível a ampliação desse benefício para a categoria do jeito que ela pleiteia. Salienta que hoje o PL garante o pagamento, conforme vem sendo feito desde 2019. Destaca que isso é para não haver dúvida dos



órgãos de controle de que a categoria está sim sendo contemplada, inclusive a correção foi enviada à Câmara para a aprovação dos vereadores. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Pergunta quantos agentes seriam beneficiados com isso e qual o impacto financeiro causaria ao Município. / **Thiago Bringer:** — Responde que não tem essa informação agora justamente pelo fato de a ampliação para 100% não ter sido objeto desse projeto, mas pode apresentar isso na próxima sessão, mostrando aos vereadores e à categoria que a administração não tem nada a esconder e que esse impacto orçamentário para o exercício de 2022 não é possível. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Diz que, hoje, será colocado em votação o pedido de regime de urgência, e não o projeto. Então, menciona que o procurador poderá apresentar, na próxima semana, o impacto financeiro que isso vai causar ao Município para que os vereadores analisem antes de votarem o projeto. / **Delandi Pereira Macedo:** — Registra que os agentes comunitários de saúde e os de combate a endemias fazem parte do Programa Estratégia da Saúde da Família, do Governo Federal. Pergunta se o pagamento deles é feito de forma integral pelo Município ou vem recurso do Governo Federal para bancar esse custo. / **Thiago Bringer:** — Responde que o recurso federal vem para o Município pagar parte do piso desses profissionais, sendo que o restante é complementado pelo Município, além de o tíquete ser integralmente custeado pela administração. / **Delandi Pereira Macedo:** — Indaga quantos por cento o Município paga disso. / **Thiago Bringer:** — Diz que não tem certeza, mas acha que 80%, 90% são garantidos por verba federal. / **Delandi Pereira Macedo:** — Então, frisa que em torno de 90%, 95% do pagamento dos agentes são feitos com recursos do Governo Federal. / **Thiago Bringer:** — Ressalta que a diferença mais o tíquete alimentação são pagos com recursos do Município. / **Delandi Pereira Macedo:** — Comenta que é preciso ter esclarecimento do que de fato é real. Portanto, repete que é garantido pelo Governo Federal algo em torno de 90%, 95% do valor do pagamento desses profissionais, sendo que o restante é bancado pelo Município, ou seja, tanto o complemento do salário quanto as demais despesas dos agentes. / **Thiago Bringer:** — Confirma que é isso mesmo. Deixa claro que esse PL não tira direito de ninguém, apenas garante a despesa que o Município está fazendo, que são os 50% do tíquete, ou seja, 325 reais hoje e 350 reais a partir de setembro, para que não haja dúvida dos órgãos de controle sobre a legalidade desse pagamento. / **Delandi Pereira Macedo:** — Avalia que, se o recurso tanto do salário quanto do tíquete viesse completo do Governo Federal, não teriam nem o que discutir, e sim repassar para os agentes. Lembra que essa foi uma luta dos vereadores com os agentes, porque, em administração anterior, o salário que vinha do Governo Federal não era repassado completamente para a categoria, só uma parte dele, mas conseguiram avançar, inclusive com o governo pagando o retroativo. Então, frisa que o compromisso do governo nessa luta da Câmara foi para a preservação do direito de todos os agentes. Conta que fez um pedido ao Município para garantir o novo valor do piso nacional dos agentes, que, se não lhe falha a memória, está em torno de 1 mil e 750 reais. Diz que o atual governo resolveu um problema, inclusive pagando o retroativo. Registra que, como presidente da Comissão de Saúde da Câmara, no dia 20/12/2021, fez o pedido de equiparação do valor do auxílio-alimentação aos demais servidores efetivos, fazendo o reconhecimento dos agentes. Destaca que há o reconhecimento de que eles realmente merecem o tíquete alimentação equiparado ao dos demais servidores, mas é claro que quem tem que determinar o pagamento ou não é o Poder Executivo, o que depende do orçamento do Município, além de avaliação desse direito, que é uma questão jurídica. / **Thiago Bringer:** — Diz que, se a verba viesse integralmente do Governo Federal, ela seria contabilizada em uma fonte diferente do tesouro para não ter que falar em possível déficit. Assim, frisa que, se 100% fossem custeados com verba federal, não teriam nem o que questionar, mas, hoje, os servidores efetivos que fazem os estudos orçamentários não conseguem dar a declaração de que há orçamento na Secretaria de Saúde, neste exercício, para custear 100% do tíquete para a categoria. Repete que estão trabalhando para que, no exercício do



ano que vem, possam fazer essa perspectiva ou até mais para os agentes, dependendo de como o cenário econômico do País e o orçamento do Município vão avançar. / **Sebastião Ary Corrêa, levantando questão de ordem:** — Sugere que, em respeito aos agentes que se fazem presentes no plenário, o projeto seja votado hoje, pois, talvez, eles não tenham oportunidade de voltar à Câmara outro dia. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Lembra que o colega, agora há pouco, disse que o projeto não deveria ser votado hoje, já que ninguém o tinha lido. Pergunta se, agora, o vereador quer votar sem ler a matéria. Deixa claro que o discurso do colega foi outro. Agradece ao Dr. Thiago pela explicação. / **Paulo Sérgio de Almeida:** — Diz que os agentes devem servir de exemplo para todos os servidores do Município, pois é preciso correr atrás e lutar mesmo para conseguir as coisas. Volta a falar sobre a sinalização das ruas e avenidas do Município, principalmente perto das escolas. Inclusive informa que, na sexta-feira, no Bairro Monte Cristo, ocorreu um acidente envolvendo duas motos e um carro, o qual levou um jovem a óbito. Frisa que em toda sessão faz essa cobrança, assim como também outros vereadores. Então, pede ao secretário de Desenvolvimento Urbano que se esforce mais para buscar recursos, pois o povo de Cachoeiro não pode continuar sofrendo devido a essa situação. Fala da Avenida Jones dos Santos Neves, do Bolo de Noiva até a entrada do Bairro IBC, onde falta sinalização para separar as pistas, o que já foi prometido pelo DER e pelo Governo Municipal, mas não foi cumprido. Solicita à atual administração que se sensibilize e contemple os cidadãos cachoeirenses com essa simples obra. / **José Carlos Corrêa Cardoso Júnior:** — Ressalta que essa questão dos agentes é mais uma dor de cabeça que o Governo Municipal, por incompetência, dá aos vereadores. Destaca que isso não é por falta de aviso da parte da Câmara Municipal, e sim por leviandade e falta de bom senso do Poder Executivo. Comenta que toda vez que um projeto é votado sem antes ter passado pelas comissões acontece esse tipo de coisa. Enfatiza que mais uma vez o governo manda um projeto feito pelas coxas para tentar enganar o bobo e, na pressa, os vereadores acabam sendo enganados mesmo. Lembra que, há duas semanas, quando o projeto chegou à Câmara, o líder do prefeito o instigou a pedir para que a matéria fosse avaliada pela Comissão de Constituição e Justiça, o que, como presidente da CCJR, também pediu, mas não foi aceito. Menciona que o projeto original chegou em cima da hora e, hoje, os vereadores estão vendo que os agentes não foram contemplados. Registra que, agora, o governo mandou para a Câmara um projeto modificativo para resolver o problema; porém, a seu ver, foi criado outro, já que, em vez de fazer uma emenda ao artigo 1º para que os agentes recebam 100% do tíquete, está igualando a categoria aos DT's. Deixa claro que não tem nada contra os DT's, inclusive acha que eles também deveriam receber 100% do tíquete alimentação. Conta que o procurador do Município sempre tem a técnica, mas não o bom senso de olhar o lado da família dos agentes, basta ver que disse que a Secretaria de Saúde não tinha orçamento. Informa que o impacto no orçamento do Município com a criação de noventa e sete cargos comissionados será de 4 milhões de reais por ano. Recorda que, há duas semanas, foi aprovado um projeto que realocava quase 2 milhões de reais para a Secretaria de Fazenda. Então, pergunta por que não realocam dinheiro para a Secretaria de Saúde pagar o tíquete aos agentes. Para resolver o problema orçamentário, sugere que a máquina pública seja reduzida, com vistas a poder ajudar a quem já está trabalhando para a sociedade cachoeirense. Frisa que o prefeito não pode agir com leviandade, mandando projeto em cima da hora para colocar os vereadores contra a parede, numa saia justa, já que, se votarem a favor, a administração alegará que não há orçamento; se votarem contra, os servidores passarão fome sem o tíquete alimentação. Enfatiza que apresentar projeto sem conversar antes com a categoria é safadeza, é brincar com o povo e com o orçamento e também fazer a Câmara de palhaça. Registra que fará o que os agentes pedirem e, caso o Executivo diga que a categoria não tem direito a receber o tíquete porque os vereadores votaram contra o projeto, espera que eles entrem na justiça, pois esse benefício é sim um direito deles. /

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”



Brás Zagotto (Presidente): — Avisa que, se os agentes continuarem se manifestando através de palmas, terão de ser retirados do plenário. Informa que, regimentalmente, todos podem acompanhar a sessão, mas sem se manifestarem. Registra que o projeto do tíquete não foi votado de qualquer maneira, pois entrou no sistema da Casa na quinta-feira anterior à votação, inclusive o parecer da Procuradoria foi dado na sexta-feira. Alerta que há projeto que fica seis, sete meses na Casa, porque a comissão não dá o parecer; por isso, às vezes, coloca a matéria em votação, já que o Município não pode ficar dependendo de comissão da Câmara, que dá parecer só no dia que quer. Ressalta que, de acordo com o Regimento Interno, o plenário é soberano e decide se vota os projetos ou não. Deixa claro que não colocou nenhum projeto na pauta sem autorização do plenário. / **Marcelo Fávero de Oliveira:** — Parabeniza os agentes de saúde e os de combate a endemias pelo belíssimo trabalho que realizam em Cachoeiro. Diz que entende a luta da categoria pelo aumento do tíquete alimentação e já antecipa o seu voto favorável aos agentes. Fala sobre a ação que realizou com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, inclusive parabeniza o Vereador Sandro Irmão por também ter embarcado nesse evento. Lembra que, através de indicação, solicitou à Secretaria de Desenvolvimento Econômico que levasse o Balcão de Empregos para o Bairro Gilson Carone, o que aconteceu no sábado, dando oportunidade aos moradores de se cadastrarem para serem encaminhados ao mercado de trabalho, através de uma parceria com o SINE de Cachoeiro. Destaca que foi dada oportunidade também de as pessoas tirarem a Carteira de Trabalho Digital, de aferirem a pressão e medirem glicose. Acrescenta que foram oferecidos lá ainda cortes de cabelo adulto e infantil e massagem facial. Informa que foram realizados mais de quatrocentos atendimentos no Bairro Gilson Carone, na Escola Padre Gino. Então, agradece às Secretarias de Desenvolvimento Econômico e de Assistência Social por esse importante projeto no Bairro Gilson Carone. Salienta que as crianças foram beneficiadas com o Projeto Criança Feliz, Brinquedo Sim, que disponibilizou pula-pula, pipoca e brinquedos infláveis. Registra que, mesmo que os agentes de saúde e os de combate a endemias não estivessem no plenário, os vereadores defenderiam essa classe de servidores. Deixa claro que todo projeto que eleva o salário ou o tíquete dos servidores precisa partir do chefe do Executivo, pois há a divisão dos Poderes. Comenta que, em muitos momentos, aparece projeto cobra d'água, ou seja, simplesmente politiqueiro. Lembra que o prefeito enviou um projeto para a Câmara, o qual foi aprovado pelos vereadores; assim, os agentes foram beneficiados e, agora, querem manter isso. / **Alexandre Andreza Macedo:** — Diz que os agentes de saúde e os de combate a endemias podem contar com ele nessa votação, pois é a favor da categoria. Comunica que está encerrando o seu ciclo de liderança do governo, cargo esse que teve o prazer e a honra de exercer, inclusive agradece ao prefeito pela oportunidade. Enfatiza que, a partir de hoje, não é mais o líder do Executivo. Fala da falta de responsabilidade e de compromisso do secretário de Obras para com Itaoca. Pergunta ao referido secretário se é necessário que ele, Alexandre, vá buscá-lo na secretaria para levá-lo àquela comunidade e lhe mostrar as demandas. Avisa que está há três meses aguardando a ida do Secretário Bolelli à comunidade, mas até agora isso não aconteceu. Então, registra a sua insatisfação com esse “camarada” e lhe agradece pela “atenção”. Em nome da comunidade de Valão de Areia, requer que seja dada continuidade à aplicação de revsol na estrada, cujo serviço foi iniciado há cinco meses e parou. Pede ao Secretário Paulo Miranda que retome aquela obra. Menciona que o poder da Câmara é pleno e, assim, os vereadores podem decidir se votam hoje ou não o projeto referente aos agentes. Solicita ao presidente que encaminhe para o plenário decidir sobre isso. / **Aparteando Brás Zagotto (Presidente):** — Diz que a Andrea, Presidente do sindicato da categoria, solicitou que os vereadores não votassem o projeto hoje, e sim na semana que vem, pois ela tem os dados do impacto financeiro e quer apresentá-los à Câmara. / **Alexandre Andreza Macedo:** — Então, cede o seu tempo à representante do sindicato para que ela diga qual é o motivo de esse projeto



não poder ser votado hoje. Comenta que fica parecendo que a Câmara está se omitindo. / **Andrea Cristina Livio:** — Cumprimenta a todos e diz que a categoria está na luta há muitos anos, já que esse programa funciona desde 1998. Conta que, em 2006, foi criada a Emenda 51, garantindo à categoria ser tratada como servidores estáveis e, agora, estão como estatutários. Portanto, frisa que a categoria tem o direito de receber o tíquete integral. Enfatiza que, enquanto sindicato, defende que todos recebam o tíquete de forma integral, pois não é o valor dele que define quem é efetivo ou não, já que tíquete é tíquete, assim como vale-transporte é vale-transporte. Deixa claro que a sua proposta é reforçar o pedido do Presidente Brás, ou seja, que não votem esse projeto hoje, pois é preciso conversar primeiro, de preferência antes da próxima sessão. Registra que, se o projeto for votado hoje, os agentes só receberão 50% do valor do tíquete; se não for votado, acredita que isso lhes dará o direito legal de receber os 100%, e o Município terá que explicar de onde vai sair o dinheiro para cobrir esse custo. Informa que o Governo Federal manda 95% do valor do salário dos agentes mais uma parcela extra, no último trimestre de todo ano, para custear as despesas. Portanto, diz que, dos cofres do Município, saem só 5% do salário dos agentes mais o valor do tíquete. Comenta que há no Município cerca de quatrocentos agentes, o que daria um impacto mensal de mais 130 mil reais. Avalia que, sabendo que esse valor não passa na Lei de Responsabilidade Fiscal, já que não entra na folha de pagamento, e que o Município não teve perda de arrecadação, o governo tem sim condições de pagar, só precisa justificar isso no orçamento. Salienta que o Município pode até dizer que não tem como pagar isso, mas vai ter que passar pelo Conselho Municipal de Saúde. Pergunta se isso será pago a partir do mês que vem ou de setembro. Assim, frisa que é preciso haver uma definição; por isso, em nome do sindicato da categoria, pede aos vereadores que não votem o projeto hoje. Compromete-se a trazer à Câmara todas as informações financeiras que vão causar impacto para que os vereadores possam confrontar com os dados apresentados pelo Município e tomarem uma decisão, a qual vai lhes custar muito, seja votando a favor ou contra o projeto. Salienta que, enquanto sindicato, o seu papel é não pedir nada aos vereadores que não esteja dentro da legalidade. Solicita novamente aos edis que não votem o projeto hoje, pois precisam discutir isso com responsabilidade, e o Município deve explicar a questão do impacto no orçamento. / **Aparteando Diogo Pereira Lube:** — Pergunta à Andrea se, caso o projeto seja rejeitado, conforme os agentes presentes no plenário querem, há alguma possibilidade de o Município abrir uma ADIN e interromper inclusive o pagamento de qualquer benefício para os servidores. / **Andrea Cristina Livio:** — Responde que aprendeu que no direito a pessoa pode pedir qualquer coisa, pois ele é interpretativo. Ressalta que a lei, do jeito que está, é clara como a luz do sol, pois diz que o tíquete é concedido na integralidade aos servidores estatutários e celetistas, sendo que em seu contracheque e também no plano de carreira constam que a categoria é estatutária; portanto, não cabe ADIN. Comenta que, se o Município resolver não fazer o pagamento, esse será um caso de justiça, mas não acredita que essa seja a conduta da administração. Agradece a todos pela oportunidade. / **Aparteando Brás Zagotto (Presidente):** — Frisa que, da forma como está na lei, os agentes têm que receber 100% do tíquete, ou seja, o mesmo valor pago aos servidores efetivos. / **Alexandre Andreza Macedo:** — Registra que os vereadores iniciaram o segundo ano do mandato levando cacetadas nas redes sociais, com publicações dizendo que a Câmara é conivente com o governo e contra a população, o que não é verdade. Enfatiza que a Câmara é a Casa do Povo. Pede novamente ao presidente que deixe o plenário decidir se vota o projeto hoje ou não. Diz acreditar que os agentes têm direito aos 100% do tíquete; por isso, quer votar o projeto hoje e tem certeza de que os colegas também têm esse interesse. / Na sequência, teve início o **Grande Expediente**, ocasião em que usaram a tribuna, por ordem de inscrição, os seguintes Edis: / **Osmar Francisco:** — Diz que hoje vai realizar um sonho, pois será apreciado um projeto seu, criando a semana dos cuidadores de idosos, para o qual pede o apoio dos colegas



vereadores. Inclusive convida a Franciane, que treina as pessoas para cuidarem de idosos, para falar sobre esses trabalhadores. / **Franciane Nunes Cocco:** — Após os cumprimentos, informa que é professora/instrutora da Escola SENAC de Cachoeiro de Itapemirim, sendo também enfermeira de formação. Conta que, de acordo com o Ministério da Saúde, 20/03 é comemorado o Dia Nacional do Cuidador de Idosos. Ressalta que, por vezes, a pessoa só dá atenção a esse assunto quando sofre com um processo longo de internação do pai ou da mãe. Registra que a população idosa cresce anualmente 9.2% e, hoje, de acordo com dados do IBGE, esse número subiu para 25.5% ao ano, o que significa que, de cada quatro brasileiros, um será idoso. Destaca que há em torno de trinta e três milhões de idosos no País, sendo que, até 2060, esse número vai aumentar 44.3%. Inclusive comenta que os estudos dizem que a população de idosos vai ser maior do que a de crianças de nove anos. Ressalta que a expectativa de vida do idoso vai de setenta e sete a oitenta anos, quando, antes, era de sessenta e seis anos de idade. Então, pergunta se a profissão de cuidador não tem futuro. Menciona que o grande problema é que o número de profissionais com curso de cuidador é muito pequeno diante da população com idade maior que sessenta anos. Acrescenta que, segundo os estudos, os acompanhantes de pessoas idosas, os cuidadores, têm a idade igual ou maior que cinquenta anos. Deixa claro que a sua presença na Câmara é como representante dos cuidadores de idosos, e não coligada à política. Salienta que o Vereador Chupeta apresentou um projeto, reconhecendo essa profissão e criando no Município um calendário anual para os cuidadores, cujo objetivo é facilitar a proliferação desses profissionais para cuidarem dos idosos, pois nem todas as famílias têm condições financeiras de pagar 2 mil, 2 mil e 200 reais para um cuidador acompanhar um idoso em casa ou internado em uma unidade hospitalar. Explica que, segundo dados do Ministério da Saúde, do IBGE e de outros estudos, o cuidador de idoso pode estar inserido em qualquer instância, desde o regime penitenciário, no setor de enfermaria, até dentro de casa de acolhimento, conhecido como asilo. Comenta que qualquer um que visita essas instituições percebe que o número de profissionais que possuem a carteirinha de cuidador ainda é muito pequeno. Lembra que não envelhecer é sinônimo de morrer. Ressalta que nem todos sabem cuidar de idoso que não anda nem come sozinho devido à sequela de um acidente vascular cerebral, vulgarmente chamado de derrame. Assim, na condição de cuidadora, de enfermeira e de professora, pede aos vereadores que analisem com carinho esse projeto de lei, porque acredita que, se houver oportunidade de capacitar mais pessoas, os idosos não ficarão desamparados. Salienta que há muitos idosos que sofrem até mesmo dentro de uma unidade onde existem profissionais formados trabalhando, porque, de repente, há dois funcionários para cuidar de uma enfermaria com vinte e quatro idosos, o que é humanamente impossível. Destaca que o tópico que lhe chamou bastante atenção nesse projeto fala em conscientizar a sociedade sobre a importância quanto ao cuidado com o idoso como forma de combate à violência e à negligência dos direitos da pessoa idosa. Frisa que violência não é só física, pois há filhos que violentam os pais fazendo terror psicológico dentro de casa, filhos que pactuam com pessoas que não têm nenhum tipo de formação, nem estudaram sobre ética, para cuidar dos pais em troca do resgate da aposentadoria. Agradece ao Vereador Osmar pela sensibilidade de apresentar esse projeto, o qual espera que dê certo. Agradece a todos pela oportunidade e também à Escola SENAC, na pessoa do Professor Luiz Cláudio, coordenador pedagógico, que a permitiu estar na Câmara para abordar um assunto tão importante como esse, visto que, assim como a violência infantil, a violência ao idoso também está crescendo diariamente. / **Aparteando Delandi Pereira Macedo:** — Parabেনiza o Vereador Chupeta e a enfermeira por abordarem esse tema. Conta que a sua mãe tem oitenta e dois anos e está com Alzheimer, o que requer cuidados. Concorda que a política pública para os idosos não é tão evidente e que deveria ser dada uma atenção maior a isso, de forma a proporcionar mais qualidade de vida às pessoas da melhor idade. / **Osmar Francisco:** — Diz acreditar que os



vereadores não terão coragem de votar contra esse projeto. Agradece à Franciane pelas palavras e registra que esse projeto ficará na história de Cachoeiro de Itapemirim. / **Diogo Pereira Lube:** — Diz-se muito preocupado enquanto cidadão, representante do Legislativo e professor, por ver como aparecem em todo o País leis atravessadas, mal-elaboradas, mal redigidas ou totalmente tendenciosas e oportunistas, que beneficiam alguns e prejudicam muitos. Conta que, hoje, ficou estarecido com os áudios que vazaram do então Ministro da Educação, o Milton Ribeiro, o qual disse que a prioridade era atender as indicações dos amigos do pastor, e não as do povo brasileiro. Lembra que, enquanto isso, os professores ganham mal e as escolas, em grande parte do Brasil, estão em péssimas condições. Diz que vive brigando para que os professores de Cachoeiro recebam o piso nacional da categoria. Frisa que essa briga se dá porque, de novo, foi feito um malabarismo jurídico com a lei do piso dos professores. Salienta que o presidente da República baixou uma portaria que autoriza os Municípios a pagarem um piso de 3 mil e 800 reais aos professores, um aumento de 33% em relação aos últimos anos; porém, isso não é lei, ou seja, autoriza, mas não obriga, e, assim, cria-se um limbo jurídico, visto que alguns Municípios apoiadores de Jair Messias Bolsonaro mexem no dinheiro do FUNDEB para pagar o aumento desses profissionais, e outros, que não são parceiros do presidente nem querem lhe dar palanque, não mexem nesse fundo, e isso faz com que a categoria acabe sendo prejudicada mais uma vez. Fala de outro problema jurídico, que é a lei que colocou os agentes de saúde e os de combate a endemias como estatutários, mesmo sem eles serem concursados, e lhes deu um direito, o qual não deve ser mexido, pois é constitucional. Entretanto, ressalta que, agora, a Prefeitura joga no colo dos vereadores a revogação desse direito. Pergunta quem tem coragem de revogar direito de um trabalhador. Indaga se a Prefeitura está brincando com os vereadores. Deixa claro que a administração mandou para a Câmara um projeto sem antes ter tido um diálogo com a categoria, sem contar que tal matéria também não passou pelas comissões. Enfatiza que não vai ficar passando a mão na cabeça de membros de comissões, já que existe projeto que está há cento e sete dias parado sem receber parecer. Informa que os vereadores não têm competência suficiente para poder resolver os problemas do mundo. Registra que hoje também soube de outro problema que envolve piso salarial. Inclusive comenta que a incompetência de uma resposta gera outro limbo jurídico. Menciona que os nutricionistas da Prefeitura, infelizmente, também são invisíveis sociais, mesmo estando trabalhando nas escolas. Lembra que, na semana passada, foi dito na Câmara que os alunos não perderam valores nutricionais, embora não tivesse carne na merenda. Pergunta quem preparou essa dieta e responde que foram os nutricionistas. Cita que há na Prefeitura cerca de vinte e cinco nutricionistas, dos quais pouquíssimos são efetivos, sendo a maior parte DT's, ou seja, contratados, que estão atuando nas escolas ganhando bem menos do que o piso. Comunica que o piso salarial dos nutricionistas é mais de 3 mil reais; porém, os de Cachoeiro recebem míseros 1 mil e 400 reais. Conta que uma nutricionista resolveu fazer um pedido de informação à secretaria para saber por que a categoria não recebia o piso nacional. Então, salienta que a resposta da secretaria foi a seguinte: “Os servidores admitidos de contratos temporários serão regidos pela Lei 7764/2019 e os respectivos salários constam no anexo I da lei que segue para ciência do requerente.” Comenta que buscou essa lei e viu que na tabela diz que o salário inicial dos nutricionistas deve ser de 3 mil reais. Pergunta por que a própria Prefeitura deu uma resposta, no Ctrl C, Ctrl V, se ela mesma não cumpre a referida lei. Então, avalia que há coisa muito errada acontecendo em Cachoeiro; por isso, avisa que fará um pedido de informação robusto para o qual vai querer respostas também robustas. Ressalta que, se o piso dos nutricionistas, dos professores ou de qualquer outra categoria não tiver sendo atendido, o Ministério Público deve ficar sabendo, pois os servidores do Município não podem ser prejudicados. Diz que os secretários e as pessoas escolhidas para trabalharem na administração pública são competentes, mas respostas como essa são terríveis e mostram que, às



vezes, faltam carinho, bom senso e humanismo neste governo. Salaria que os agentes estão na Câmara pleiteando um direito deles, e a Prefeitura tem dinheiro para pagar, até porque a categoria recebe um aporte federal. Questiona cadê a lei que vai fazer com que o erro cometido pela própria administração pública seja corrigido. Registra a sua indignação quanto a essas leis mal-elaboradas e jogadas para a galera, as quais podem prejudicar todo o andamento do Município. Indaga ao presidente se a lei votada pelos vereadores, autorizando o comércio a funcionar no período de pandemia, mesmo havendo um decreto estadual proibindo isso, foi sancionada pelo prefeito ou promulgada pela Câmara e quais são os riscos dessa promulgação. Pede às pessoas que se atentem ao que uma lei mal-elaborada e oportunista pode fazer. Solicita ao presidente que diga quais foram as recomendações do Tribunal sobre essa lei votada na Câmara Municipal. / **Aparteando Brás Zagotto (Presidente):** — Responde que o prefeito não sancionou a lei e, como passou do prazo, o projeto voltou para a Câmara. Informa que o Tribunal de Contas lhe disse que, se isso virasse lei, a Câmara teria que arcar com uma multa de 1 mil reais/dia, o que não quis fazer. Inclusive comenta que também já perdeu o prazo. Assim, registra que fica a critério do vice-presidente da Casa promulgar ou não essa lei. / **Diogo Pereira Lube:** — Agradece ao presidente e diz concordar plenamente com ele. Enfatiza que isso mostra o que o peso de uma lei ruim e mal-elaborada pode causar de prejuízo para os brasileiros. / **Sebastião Ary Corrêa:** — Parabeniza o Vereador Diogo Lube pelas palavras. Reconhece que os agentes estão sofrendo devido a um projeto que passou por cima de todas as comissões da Câmara e foi aprovado em regime de urgência; por isso, há essa bandalheira toda que pode prejudicar a categoria. Pergunta aos agentes se eles querem que os vereadores votem o projeto hoje ou não. Então, pede ao presidente que seja benevolente e permita essa votação hoje. Diz que o prefeito, quando envia projetos à Câmara, quer que os mesmos sejam votados em regime de urgência. Indaga por que o prefeito quer tudo com muita rapidez. Questiona se é para não dar tempo de os vereadores lerem a matéria e entenderem que ela vai prejudicar os contribuintes, os cidadãos e os trabalhadores. Informa que é o presidente da Comissão de Constituição e Justiça e pode afirmar que não viu nenhum projeto ficar sete meses na CCJR, como disse o Vereador Brás, coisa que os colegas Delandi e Juninho também não viram. Inclusive menciona que, sempre que chega projeto na CCJR, convoca os colegas para que a matéria seja votada o mais rápido para ser enviada a outras comissões, porque respeita os vereadores da Casa. Frisa que, se os projetos do prefeito tiverem que passar por cima de todas as comissões, nem precisa existir a Câmara de Vereadores. Deixa claro que os vereadores foram eleitos para representar a população e defendê-la, enquanto que o prefeito é boçal e soberano, já que quer mandar em tudo e em todos. Enfatiza que nele, Ary, ninguém manda, pois é empregado do povo, que paga o seu salário. Registra que está sempre à disposição para usar a tribuna em defesa dos trabalhadores e do salário deles, até porque não mama nas tetas da Prefeitura nem tem cargo no governo; por isso, está a cavaleiro. Ressalta que tem dificuldade até para conseguir que seja feita a limpeza em seu bairro. Conta que a Prefeitura o prejudica o tempo todo para lhe deixar mal em seu próprio bairro, só porque diz a verdade, como nos casos do IPTU e quando prendeu sacos de cimento sendo desviados de Cachoeiro, o que até hoje não deu em nada. Informa que, agora, saiu nas redes sociais que a Prefeitura está comprando cimento, areia e brita de empresas que não têm CNPJ, o que não pode afirmar, já que não é leviano para dizer se isso é verdade ou não. Salaria que a Prefeitura diz que não pode dar aumento aos servidores; porém, lembra que ela fez uma obra inútil no centro da cidade, a qual custou 1 milhão e 500 mil reais aos cofres públicos. Frisa que isso o deixa indignado, pois os trabalhadores precisam ser reconhecidos, já que são a mola mestra da Prefeitura. Diz esperar que um dia esse câncer saia da Prefeitura e dê lugar a uma pessoa que valorize o trabalho dos servidores. Ressalta que criaram noventa e sete cargos na Prefeitura, mas tem certeza de que eles não serão ocupados por pessoas de Cachoeiro. Pergunta por que não deram



aumento para os servidores, mas criaram noventa e sete cargos na Prefeitura. Frisa que é obrigação dos vereadores cuidarem dos agentes e lhes mostrar que o ordenador da verba pública não tem nenhum respeito para com eles. Enfatiza que está na hora de o prefeito colocar a mão na consciência e valorizar os servidores. Homenageia o ex-prefeito Roberto Valadão, que, em seu primeiro mandato, deu aumento salarial a todos os servidores públicos municipais. Diz não saber se esse projeto é bom ou ruim, porque ele foi votado sem o parecer das comissões, mas estará sempre do lado dos servidores. Pede ao presidente que esse projeto seja votado hoje por acreditar que, se for apreciado na semana que vem, os agentes vão sair perdendo. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Registra que está na Câmara desde 1996 e sempre votou a favor dos projetos referentes aos servidores municipais. Inclusive menciona que a sua esposa é servidora efetiva da Prefeitura desde 1993; por isso, sabe do sofrimento dessa classe. Relata que há três, quatro grupos de WhatsApp comentando que ele está deixando o pessoal da Prefeitura falar na Câmara e que está defendendo a administração, e não os servidores. Deixa claro que tem compromisso com a Câmara, com o Município e com os servidores. Informa que cerca de vinte servidores estão na portaria da Câmara, querendo subir para o plenário, que já está cheio, e, devido ao decreto do Covid, isso não é possível. Então, pede aos servidores que fiquem calmos e sugere que seja feito um revezamento para que os que estão lá embaixo possam vir para o plenário. Ressalta que foi pedida urgência para a votação do projeto do tíquete, que foi lido hoje. Explica que, de acordo com o Regimento da Câmara, quando é aprovado o regime de urgência, o projeto tem quarenta e cinco dias para ser votado. Comenta que os servidores querem que o projeto seja apreciado hoje; o sindicato, na semana que vem. Assim, diz que vai deixar o plenário decidir se o projeto será votado hoje ou na próxima semana. / **Allan Albert Lourenço Ferreira:** — Conta que há um grupo que adora propagar fake news nas redes sociais. Inclusive diz que os próprios agentes públicos, para prejudicar um colega, falam mentiras. Comenta que, devido a uma troca de AGP, que é uma coisa administrativa da Câmara, uma senhora de Atílio Vivácqua falou um monte de mentiras, e o pior é que ainda há colega que curte isso. / **Aparteando Brás Zagotto (Presidente):** — Informa que a mesma senhora de Atílio Vivácqua está “metendo o pau” nele, Brás, em um grupo. / **Allan Albert Lourenço Ferreira:** — Analisa que, às vezes, por uma pessoa pensar diferente da outra, muitos preferem misturar as coisas da Prefeitura com as da Câmara. Fala da desunião, pois um colega de Câmara acaba não defendendo o outro, mesmo sabendo que certas coisas não são verdades, inclusive alguns acham que quanto pior melhor. Ressalta que a Santa Casa passa por uma situação financeira muito difícil. Menciona que muitas pessoas vinculam a Santa Casa à Prefeitura e à Câmara de Cachoeiro e dizem que aquele hospital está passando por dificuldades, mas os vereadores e o prefeito não fazem nada. Explica que a Santa Casa está instalada em Cachoeiro, mas ela atende a vinte e oito Municípios do Sul do Estado, os quais compram ambulâncias modernas e mandam os pacientes para cá, sem ajudar a entidade. Informa que, há cerca de quinze dias, havia pacientes nos corredores da Santa Casa, mas, com chegada da equipe da TV para a realização de uma reportagem, alguns deles foram liberados sem passar pelo procedimento cirúrgico. Salaria que a Santa Casa não é um hospital público, e sim filantrópico, ou seja, para receber dinheiro público ela deve prestar serviço, o que não está ocorrendo. Lembra que, recentemente, houve uma reunião e ficou no ar que estava ocorrendo uma “operação tartaruga” na Santa Casa. Registra que há muitas falácias, conversas atravessadas de que a Câmara de Cachoeiro não luta nem consegue verba para a Santa Casa. Relata que chegaram verbas no valor de 8 milhões de reais e de 1 milhão e 250 mil reais para a Santa Casa, as quais não vão dar para muita coisa, já que a dívida do hospital é alta. Comunica que a Santa Casa deve só aos médicos mais de 5 milhões de reais. Torce para que, um dia, a Santa Casa seja transformada em um hospital público. Comenta que São José do Calçado, Guaçuí, Jerônimo Monteiro, que são Municípios pequenos, têm hospital



público, e Cachoeiro não. Pergunta por que Cachoeiro não tem um hospital público e se isso é devido ao corporativismo. Menciona que não entende o porquê disso, já que o Município é referência em várias especialidades, cirurgias e no tratamento de câncer. Conta que o Governo do Estado queria assumir a Santa Casa para transformá-la em um hospital geral, e não entende o que está faltando para isso ocorrer. Destaca que todos os dias recebe mensagem de pessoas pedindo socorro, porque estão na Santa Casa, mas não passam pelo procedimento que necessitam. Deixa claro que os vereadores não podem fazer nada, porque o hospital é filantrópico. Salienta que a Santa Casa está nessa situação ruim há muito tempo. Comenta que há um projeto para que a dívida da Santa Casa, que é de mais de 100 milhões de reais, seja paga, mas é preciso que haja, por exemplo, um mutirão para que os procedimentos pendentes naquele hospital sejam realizados. Ressalta que a Santa Casa só tem uma cama para a realização de cirurgia de fêmur e, por falta de manutenção, às vezes, ela quebra; além disso, há muitas máquinas de hemodiálise quebradas, precisando de manutenção, e parece que vão chegar algumas novas. Salienta que não sabe de quem é a culpa pela situação da Santa Casa, mas o povo não pode pagar essa conta. Analisa que os prefeitos dos vinte e oito Municípios atendidos por aquela entidade deveriam fazer um convênio para ajudar o hospital. Relata também que a alimentação fornecida aos pacientes não é a adequada.

/ **Aparteando Brás Zagotto (Presidente):** — Frisa que, há muito tempo, os vereadores vêm lutando em prol da Santa Casa, inclusive os membros da Comissão de Saúde da Câmara estão se empenhando para tentar resolver a crise pela qual passa aquela entidade. Explica que o déficit da Santa Casa vem aumentando desde 2015, quando o ex-governador fez um corte de 30% no orçamento da saúde, e a entidade teve que fazer um empréstimo, na Caixa Econômica, no valor de 50 milhões de reais. Registra que o convênio do Governo Estadual com a Santa Casa é de 5 milhões e 200 mil reais, mas, devido ao empréstimo, quando o repasse do Estado é depositado, a Caixa já retém 1 milhão e 100 mil reais, que é o valor da parcela. Inclusive agradece ao Governador Casagrande por ter ouvido os vereadores, o bispo de Cachoeiro, os diretores e o conselho da Santa Casa e aumentado o repasse em 1 milhão e 250 mil reais, adquirindo outros serviços médicos junto à entidade. Acrescenta que, para aliviar a situação da Santa Casa, o governador liberou 8 milhões de reais, valor da emenda da Senadora Rose de Freitas, que ainda não está nos cofres do Estado, mas, em breve, será liberado. Salienta que, segundo o Afrânio, Diretor da Santa Casa, e o Bispo Dom Luiz, esse valor será utilizado para acertar a folha de pagamento dos médicos e comprar insumos; assim, o hospital vai funcionar melhor e o povo poderá ser atendido, acabando com a fila de espera nos corredores da entidade.

/ **Allan Albert Lourenço Ferreira:** — Repete que, se a Santa Casa for transformada em um hospital público, será bom para Cachoeiro e para o Sul do Estado, acabando com o sofrimento das pessoas que estão há trinta, quarenta, sessenta dias à espera de uma cirurgia naquele hospital.

/ **Adriano Pereira Verediano:** — Parabeniza os servidores presentes na Câmara e diz que, só unidos, é possível vencer as batalhas. Frisa que, como servidor público, sempre vai abraçar as causas justas da categoria. Lembra que o seu projeto que tratava de cotas foi vetado pelo prefeito e, depois, o Poder Executivo apresentou uma matéria igual. Comenta que não criou nenhum empecilho sobre tal projeto, porque o seu objetivo é que as pessoas sejam beneficiadas. Informa que vai apresentar um vídeo que fala sobre a importância das cotas, já que as pessoas de maior poder aquisitivo têm acesso mais fácil à educação, assim como também à saúde. / A seguir, foi exibido o vídeo que fala sobre as cotas raciais.

/ **Adriano Pereira Verediano:** — Diz que mostrou esse vídeo, porque, hoje, será votado o projeto que trata de cotas, que não visa fazer com que os negros se sintam inferiores a ninguém. Enfatiza que está na Câmara para lutar contra o preconceito. Pede aos vereadores que aprovelem esse projeto.

/ **Aparteando Brás Zagotto (Presidente):** — Parabeniza o Vereador Gelinho, pois esse projeto é do Executivo, mas a iniciativa foi do colega.

/ **Adriano Pereira Verediano:** — Agradece ao Presidente Brás. Volta a dizer aos



servidores que sempre estará junto deles. / **Delandi Pereira Macedo:** — Fala sobre a importância dos agentes de saúde e dos de combate a endemias buscarem os seus direitos. Ressalta que essa categoria sempre teve o apoio da Câmara, inclusive, no mandato anterior, os vereadores lutaram muito em prol dela. Relata que, diante do esforço dos vereadores, do sindicato e do ex-secretário de Governo, o Weydson Ferreira, o tema relacionado aos agentes foi muito debatido, sendo conquistado o tíquete alimentação e também o reconhecimento no plano de cargos e salários do Município. Lembra também que coordenou a comissão que tratou desse plano na Câmara e, com muito esforço, foi feito o melhor possível para o reconhecimento dos agentes de saúde e dos de combate a endemias. Salienta que os vereadores não fizeram politicagem quanto à questão dessa categoria, e sim política pública para atender à necessidade dos agentes. Recorda que o Prefeito Victor Coelho reconheceu os direitos dos agentes de saúde e dos de combate a endemias. Inclusive registra que protocolou um documento na Câmara, o qual enviou a todos os agentes, pedindo o reconhecimento de outros direitos da categoria, como 100% do tíquete. Diz que, como presidente da Comissão de Saúde da Câmara, tem feito o seu papel no sentido de reconhecer os direitos dos agentes, assim como os demais vereadores, deixando claro que não faz politicagem, e sim o que é correto. Informa que o Dr. Thiago, Procurador do Município, disse que estão sendo feitos estudos, pois o interesse do Poder Executivo é dar 100% do valor do tíquete para todos os servidores, inclusive os DT's, mas isso depende de orçamento. Esclarece que é a Prefeitura que deve fazer os estudos para saber onde e como vai ser aplicado o orçamento do Município. Enfatiza que nenhum vereador é contra qualquer direito de servidor e espera que seja encontrado um denominador comum para atender os agentes, que fazem um trabalho essencial para a população. Destaca o importante papel que a Câmara tem tido com relação à Santa Casa de Misericórdia de Cachoeiro de Itapemirim. Comenta que, em decorrência da audiência pública que ele marcou, o Governo do Estado se mobilizou e adiantou um recurso, por meio de emenda do Governo Federal, para a Santa Casa ter um fôlego a mais. Deixa claro que isso não vai solucionar o problema financeiro da Santa Casa, mas espera que possa fazer com que hospital avance no atendimento prestado à população. Reflete que está se aproximando o período eleitoral e é natural que os candidatos à reeleição queiram apresentar aquilo que fizeram ou estão fazendo em seus mandatos. Conta que tem amizade com a Deputada Lauriete, já que era do partido dela, o PSC; por isso, ela encaminha emendas para Cachoeiro. Comunica que, na sexta-feira, a referida deputada esteve em Cachoeiro e deixou uma emenda parlamentar, no valor de 400 mil reais, para a Santa Casa; outra, no valor de 600 mil reais, para o Hospital Infantil. Além disso, diz que a deputada disponibilizou para o povo do Sul do Estado cinco mil cestas básicas do Programa CONAB, sendo setecentas para Cachoeiro, as quais serão distribuídas pelo Programa de Assistência Social do Município. Avisa que, a seu pedido, também foi disponibilizada uma emenda, no valor de 350 mil reais, para a compra de cinco veículos para os postos de saúde dos Bairros Novo Parque, Village da Luz, Abelardo Machado e Nossa Senhora da Penha e para o PSF do Distrito de Itaoca. Menciona que outros postos de saúde precisam dessa ajuda, mas escolheu esses locais para destinar os veículos. Inclusive salienta que os demais vereadores podem solicitar recursos junto a outros deputados para essa finalidade. Conta que a EMEB Sandra Monteiro Vargas Piassi, no Bairro Aquidaban, passou por reforma, ficou linda e vai atender cerca de quinhentos alunos. / **Aparteando Brás Zagotto (Presidente):** — Informa que a Escola Sandra Vargas atendia a cem alunos e, depois da reforma, atenderá a quinhentos, do maternal à Pré-Escola II. / **Delandi Pereira Macedo:** — Destaca que o serviço feito naquela escola ficou muito bom e as crianças serão bem atendidas lá. / **Leonardo Pinheiro Dutra:** — Declara o seu apoio aos agentes de saúde e aos de combate a endemias. Pede aos vereadores que votem a favor do projeto que autoriza a estadualização das estradas de São Joaquim e de Bom Jardim, o qual será apreciado hoje. / **Aparteando Brás Zagotto (Presidente):** — Avisa que esse projeto já



está com todos os pareceres. / **Leonardo Pinheiro Dutra:** — Registra que a estadualização dessas estradas será uma grande vitória para as comunidades de São Joaquim e de Soturno, que sofrem com o trânsito pesado vinte e quatro horas por dia. Salienta que o Município não tem condições de dar manutenção a essas estradas, já que o trânsito de caminhões pesados é intenso e as vias estão sempre esburacadas. Analisa que o Estado tem mais recursos e pode fazer a manutenção com mais rapidez e facilidade. Agradece ao Prefeito Victor Coelho por ter tido a sensibilidade de fazer esse projeto. Menciona que a estadualização da estrada de Bom Jardim vai proporcionar desenvolvimento para os Distritos de Gironda e Soturno e para a própria comunidade; além disso, o setor de mármore e granito vai escoar a produção com maior facilidade, o que vai ajudar na criação de mais empregos e renda. Também agradece ao Prefeito Victor Coelho, aos Secretários Vander Maciel e Paulinho Miranda e aos moradores da comunidade de Moulais pelo mutirão que ocorreu no sábado para concretar a rua do Morro da Torre. Conta que, graças a Deus, ele e o Vereador Paulo Grola conseguiram realizar essa concretagem que era um sonho de trinta anos da comunidade de Vargem Grande de Soturno. Diz que, quando é preciso, cobra da Prefeitura, mas também sabe reconhecer o trabalho feito em prol da comunidade. / **Paulo Grola:** — Deixa registrado o seu apoio aos servidores públicos que se fazem presentes na Câmara. Comenta que ele e o Vereador Léo, com a ajuda do Prefeito Victor Coelho, do Secretário Paulinho Miranda e da comunidade, conseguiram fazer a concretagem da rua em Vargem Grande de Soturno. Assina embaixo de tudo o que foi dito pelo Vereador Léo, pois os dois trabalham pelo Distrito de Soturno. Ressalta que a estrada de Barbará vai ser muito útil para toda a região de Soturno. / **Aparteando Brás Zagotto (Presidente):** — Comenta que os Vereadores Paulo Grola e Léo foram ao DER, em Vitória, para conseguir trazer o maquinário para fazer aquela estrada. Registra que ele e o Vereador Allan mostraram ao Secretário Estadual Gilson Daniel a região de São Joaquim, Soturno e a estrada do Restaurante do Josélio. Conta que o secretário frisou que não admite que estradas como aquelas, onde há quatrocentas, quinhentas empresas, que geram empregos e renda, estejam em condições tão ruins. Acrescenta que o secretário disse ainda que, no Norte, o Governo do Estado está fazendo a pavimentação asfáltica de estradas de doze, quinze quilômetros, onde há quatro, cinco empresas. Analisa que, pelo que comentou o secretário, parece que o Sul do Estado não tem representação política. Acredita que o projeto que autoriza a estadualização das estradas de São Joaquim e Bom Jardim será aprovado na Câmara e o Governo do Estado vai pavimentar aquelas vias, dando mais dignidade aos empresários locais. / **Paulo Grola:** — Diz que Soturno e Itioca são os distritos que mais contribuem com impostos para o Município, pois há muitas empresas nesses locais, gerando diversos empregos. / **Aparteando Leonardo Pinheiro Dutra:** — Avalia que são gerados mais de seis mil postos de trabalho naquela região. / **Paulo Grola:** — Lamenta a situação das estradas desses distritos, o que dificulta o trabalho das empresas. / **Aparteando Brás Zagotto (Presidente):** — Salienta que a melhoria da estrada de Bom Jardim vai tirar o trânsito pesado de Soturno. / **Aparteando Leonardo Pinheiro Dutra:** — Relata que há projeto para a estadualização da estrada de São Joaquim, mas não para a de Bom Jardim, sendo que o diretor do DER disse que esse processo leva em média dois anos. Menciona que muitas pessoas acham que o vereador quer aparecer quando é anunciada a realização de uma obra, mas não veem a luta dos parlamentares para conseguirem o serviço. Agradece ao Geílton que ajudou muito na concretagem da rua em Vargem Grande de Soturno. / **Paulo Grola:** — Conta que, há muito tempo, os vereadores estão correndo atrás de que seja resolvido o problema da curva da morte e está prevista a construção de uma nova estrada próxima à localidade de Santana. / **Marcelo Fávero de Oliveira:** — Parabeniza os agentes de saúde e os de combate a endemias, que prestam um trabalho árduo e de grande importância, combatendo as pragas urbanas e atuando nas unidades de saúde, visitando as famílias. Comenta que o colega Allan falou das fake news. Inclusive pede a ajuda do Vereador



Ary no sentido de orientar a Elisângela Costa, que é uma pessoa próxima do colega, a qual fez uma publicação nas redes sociais. Conta que essa pessoa tirou prints do Diário Oficial, no qual foi publicada a exoneração de alguns assessores da Câmara, fazendo uma comparação à criação dos noventa e sete cargos na Prefeitura, através do Projeto de Lei 15/2022, que foi aprovado pelos vereadores. Explica que o salário mínimo sofreu aumento e os vereadores aprovaram o reajuste de 6% para os servidores da Câmara, atendendo a um pedido da associação da Casa. Esclarece que cada assessor é classificado com um AGP, o qual corresponde a um valor de salário; então, foram exonerados quatro dos seus assessores, assim como ocorreu também nos gabinetes de outros vereadores, porque o AGP deles mudou. Acrescenta que, quando muda o AGP, é preciso exonerar os assessores e, depois, recontratá-los. Portanto, diz que a publicação dessa pessoa criou desinformação, pois ela comentou que a exoneração dos assessores se deu para que os mesmos pudessem ocupar os cargos criados no Poder Executivo. Menciona que a citada pessoa marcou o Vereador Ary nessa publicação, que desinforma o povo. Registra que os noventa e sete cargos criados pela Prefeitura visam fortalecer os serviços prestados pelas Secretarias de Desenvolvimento Social, de Meio Ambiente, de Governo e Planejamento Estratégico, de Desenvolvimento Econômico e de Fazenda, pela Controladoria Geral e pela Procuradoria Geral do Município. Salaria que a adequação da nova estrutura está prevista no Orçamento/2022 e será implementada de acordo com a necessidade na prestação de serviços à sociedade. Então, frisa que o projeto do Poder Executivo, que criou noventa e sete cargos, aprovado na Câmara, não é para dar vaga para nenhum vereador, e sim fortalecer as políticas públicas e atender melhor ao cidadão. Reflete que, quando uma cidadã desinforma a população, é preciso orientá-la para que as más informações não sejam multiplicadas. Enfatiza que na Câmara há pessoas honradas, trabalhadoras, pais e mães de família. Lembra que, aos dez anos de idade, lavava garrafas na antiga fábrica de vinho do Menicucci, e, aos onze anos, ia de carroça pegar lenha na serraria do Sr. José Ervatti para a Padaria Pão da Vida, a fim de ganhar moedinhas para comprar pão e levar para sua casa. Recorda que, aos doze anos, vendia picolé, depois de estudar, para comprar verduras para sua casa. Relata que fez o curso de elétrica no SENAI e o de técnico de mecânica no CIE e que trabalhou como mecânico na Viação Itapemirim. Deixa claro que não vai engolir falácias que desmoralizam a sua história e a dos demais vereadores. Pede novamente ao querido colega Ary Corrêa, pelo qual tem estima e consideração, que ajude a dar informações à pessoa que fez a publicação. / **Aparteando Sebastião Ary Corrêa:** — Agradece a consideração do colega Marcelo, mas diz que não manda no pensamento alheio, e sim no seu próprio. / **Marcelo Fávero de Oliveira:** — Solicita apenas que o vereador oriente essa pessoa. / **Aparteando Sebastião Ary Corrêa:** — Comenta que a sua amizade não lhe dá o direito de dizer aos seus amigos o que eles devem ou não fazer. Sugere ao Vereador Marcelo que procure essa pessoa e converse com ela. / **Marcelo Fávero de Oliveira:** — Comenta que, se o colega Ary não pode orientar essa pessoa, também não deveria curtir uma informação falsa. / **Sebastião Ary Corrêa:** — Enfatiza que, se curtiu a informação, o problema é dele. / Prosseguindo, passou-se ao **Horário das Lideranças**. / **Fayda Belo (Tempo cedido pelo líder do PSB):** — Cumprimenta a todos e diz que vai falar sobre o projeto de cotas raciais que será votado hoje na Câmara. Comenta que não gosta do termo “cotas raciais”, e sim “reservas de vagas”. Explica que o racismo é um crime monstruoso criado pelo ódio dos brancos contra pretos, que impede a mobilidade econômica, social e cultural das pessoas pretas. Frisa que isso se dá quando há apenas dois vereadores pretos na Câmara, não existem no fórum juizes, promotores e advogados pretos ou as vendedoras das lojas dos shoppings são lindas louras, mas o porteiro desses locais é preto. Registra que muitos falam a respeito de reservas de vagas de maneira errada, pois acham que as pessoas beneficiadas não têm alcance intelectual. Salaria que isso é mentira, fake news, pois para ocupar as reservas de vagas as pessoas devem ser aprovadas. Esclarece que essa



reserva consiste em que, entre os que serão aprovados, haja um número de pretos, pardos e indígenas. Ressalta que isso se chama política afirmativa, a qual visa combater o racismo. Deixa claro que não basta haver leis ou instrumentos que digam que o racismo é crime, porque ele nasce no momento em que não há pretos no meio onde se vive. Afirma que ninguém nasce racista, e sim se torna racista. Cita que, nas escolas, a maioria das professoras é branca; as faxineiras, pretas; nas baladas, a grande massa é branca, enquanto os pretos são porteiros e as mulheres que cuidam do banheiro. Enfatiza que as pessoas pretas têm capacidade técnica. Conta que o Ministro Joaquim Barbosa, que é negro, foi convidado a entrar no Supremo pelo elevador dos fundos, porque ousaram achar que aquele homem não podia ser ministro do STF. Relata também que o Desembargador, Professor da UFRJ e PhD em Direito, o Paulo Rangel, do Rio de Janeiro, estava fazendo cooper no Bairro Lebon e a polícia o jogou no chão e o algemou, porque achou que ele era um ladrão, correndo com o fruto de um furto. Lembra que, quando era criança, não pôde ir à festa de aniversário de uma amiguinha nem subir ao altar como madrinha de casamento de sua melhor amiga, porque era preta. Recorda que, quando conseguiu uma bolsa de estudos e ingressou na universidade, uma pessoa lhe disse que preto não tinha capacidade técnica nem intelectual para se graduar em direito; porém, sempre teve o sonho de estar na universidade e falou com essa pessoa sobre Kant, Sócrates e Hans Kelsen. Registra que, um ano antes de acabar o curso, foi aprovada na OAB com nota máxima e acreditava que, depois de formada, o racismo iria acabar. Comenta que foi ao fórum e, quando entrou no prédio, o guarda lhe chamou e disse que apenas advogados poderiam entrar por aquela porta para despachar com o juiz. Frisa que ainda soa estranho para alguns ver mulheres e homens pretos advogados, ministros, juízes ou vereadores, porque isso é uma raridade. Portanto, menciona que, quando se fala em reservas de vagas, é para que haja equilíbrio na balança e pretos possam se formar advogados, médicos, entre outras profissões, combatendo o crime monstruoso que é o racismo, o qual furta direitos dos pretos todos os dias. Informa que o Poder Executivo colocou um “plus” nesse projeto enviado à Câmara, pois, além das reservas de vagas em todos os concursos públicos no âmbito municipal, a mesma regra será aplicada para o aluno preto que está procurando um estágio. Salienta que isso vai ajudar o jovem preto que mora no morro a não ser arrastado para o tráfico de drogas, porque fazendo estágio ele receberá um salário para ajudar em casa. Avalia que esse projeto busca igualdade e dignidade para todos. / **Diogo Pereira Lube (PP)**: — Parabeniza a Fayda Belo, presidente do seu partido, pela fala. Comunga com a fala da Fayda, mesmo não sendo a posição de PP em nível nacional, já que o partido busca mais os interesses particulares do que os coletivos. Frisa que esse projeto do Executivo é extremamente importante para os cachoeirenses. Comenta que é branco e nunca sofreu racismo, preconceito ou teve dificuldade para adentrar ao mercado de trabalho. Pergunta por que há tanta dificuldade para inserir o negro no mercado de trabalho e ele mesmo responde que é devido ao mimimi. Analisa que, quando alguém que não tem conceito começa a falar mimimi, as pessoas podem desacreditar. Ressalta que as pessoas falam de meritocracia, que só funciona para quem nasce em berço esplêndido, já que todos precisam trabalhar para viver. Dirigindo-se aos agentes de saúde e aos de combate a endemias, indaga quantos são concursados. Registra que não há estatutários apenas por nomenclatura, e sim efetivos que fizeram concurso e passaram por mérito. Avalia que é difícil para uma pessoa que sofre racismo institucional, mora na periferia e não teve qualidade no ensino passar em um concurso. Declara que vai votar a favor do projeto de cotas, porque, além de ser lei, é justo. Lembra que disse no Grande Expediente que alguns projetos ficaram agarrados na Comissão de Redação, mas frisa que não quis ser ofensivo com os membros dela. Relata que o Projeto de Lei 103/2021 chegou à Comissão de Redação no dia 17/11/2021 e o parecer foi dado em 08/03/2022; então, é preciso dar celeridade às matérias para que Cachoeiro não seja prejudicado. Repete que discorda totalmente da prática política do seu partido em níveis



nacional e estadual, pois quer que a sociedade progrida, que os trabalhadores tenham direitos, que as pessoas da periferia sejam atendidas e que as minorias e os excluídos possam ser ouvidos e colocados no mesmo patamar que outros na sociedade. / **Osmar Francisco (Republicanos):** — Concorda com as palavras da Fayda. Diz que muitas pessoas acham que os negros não têm capacidade para assumir certos cargos. Salienta que os negros sempre tiveram poucas oportunidades para fazer faculdade, pois apenas quem tinha dinheiro ou padrinho podia pagar. Agradece ao Luiz Inácio Lula da Silva, pois foi ele quem deu mais oportunidade para os pobres e os pretos cursarem uma faculdade. Frisa que está do lado dos agentes de saúde e dos de combate a endemias e votará a favor do projeto da categoria. Enfatiza que sempre estará ao lado dos trabalhadores e dos pobres. / **Sebastião Ary Corrêa (Patriota):** — Agradece ao Vereador Marcelo pela informação e diz que curte coisas nas redes sociais. Registra que a Elisângela é uma amiga, mas não acha que tem o direito de lhe dizer o que deve ou não fazer. Lembra que, há algum tempo, disse que não podia mandar nos pensamentos dos seus assessores nem dos amigos. Deixa claro que não vai conversar com a Elisângela para lhe pedir que pare de falar mal do Vereador Marcelo, pois ela deve ter algum problema com o colega. Recorda que já teve problemas com uma senhora que falou mal dele durante a campanha; então, entrou na justiça contra ela. Frisa que sempre resolve os seus problemas, às vezes, de forma democrática ou trágica, conforme todos souberam do episódio que aconteceu. Aconselha o Vereador Marcelo a resolver seus problemas com a Elisângela. Menciona que na sua rede social pode fazer o que quiser, até que a justiça o proíba de usá-la. Conta que, como anda meio baqueado, não percebeu que havia curtido a mensagem dela. Salienta que o projeto de cotas é muito importante e parabeniza a Fayda pela fala. Analisa que o problema racial não está na cor, e sim no estado financeiro de cada um. Diz que há pessoas que não conseguem entrar na faculdade ou estudar em boas escolas, porque são pobres. Comenta que há meninos brancos nas ruas que pedem esmola, e não apenas os negros. Então, avalia que as cotas raciais devem ser para os negros, brancos, pobres, índios e todos que necessitam; do contrário, será feita apologia a apenas uma raça. Declara que vai votar a favor do projeto de cotas, o qual considera ser do colega Gelinho. Pede desculpas ao Vereador Marcelo por qualquer coisa. / Dando continuidade, teve início a **Ordem do Dia**, sendo acatado pelo Presidente Brás Zagotto o pedido feito pelo Vereador Ely Escarpini para que os requerimentos e os projetos de decreto legislativo fossem apreciados em bloco. / Logo após, **foram aprovadas**, em bloco, por unanimidade dos presentes, **as seguintes matérias: Requerimentos: Enviando Votos de Congratulação:** 177/2022 – Alexandre Valdo Maitan; 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222 e 223/2022 – Osmar Francisco; **Projetos de Decreto Legislativo:** 11, 12, 13 e 14/2022 – Adriano Pereira Verediano; 10 e 16/2022 – Marcelo Fávero de Oliveira; 08 e 09/2022 – Paulo Grola. / A seguir, foi colocado **em discussão o Projeto de Lei 04/2022 – Osmar Francisco** (Institui a Semana Municipal do Cuidador de Idosos no Município de Cachoeiro de Itapemirim). / **Osmar Francisco:** — Diz que considera esse projeto importante e pede aos vereadores que votem a favor dele. / Posto em votação, **o Projeto de Lei 04/2022 foi aprovado** por unanimidade dos presentes. / **Seguem justificativas de voto:** / **Osmar Francisco:** — Agradece aos vereadores por terem aprovado esse projeto. / **Adriano Pereira Verediano:** — Parabeniza o Vereador Chupeta pelo projeto. Conta que tem uma irmã que está acamada há dezessete anos, a qual é tratada com muito carinho pela cuidadora, a Dona Arlete. Então, parabeniza a todos os cuidadores de idosos de Cachoeiro. / Em seguida, foi colocado **em discussão o Projeto de Lei 06/2022 – Poder Executivo** (Dispõe sobre a reserva de vagas, em prol de negros/pretos, pardos e indígenas, nos concursos públicos e processos seletivos no âmbito da Administração Pública do Município de Cachoeiro de Itapemirim/ES, e dá outras providências). /

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”



Adriano Pereira Verediano: — Diz que não vai defender o projeto, pois já falou sobre essa matéria, assim como também a Fayda Belo. Pede aos colegas que aprovem o projeto, que é constitucional e vai equilibrar a sociedade. / **Diogo Pereira Lube:** — Registra que, quando foi proposta a lei federal que trata das cotas, ainda havia uma designação conceitual do termo “raças” para se dirigir aos negros/pretos, pardos e indígenas; entretanto, estudos antropológicos atuais não utilizam mais o termo “raça”, e sim “etnia”. Então, diz que, às vezes, a nomenclatura dentro do projeto pode atrapalhar e fazer com que pessoas mal-intencionadas questionem a sua validade. Frisa que esse projeto é constitucional e legal, mas analisa que a Prefeitura deveria fazer uma correção conceitual do termo técnico. / Posto em votação, o **Projeto de Lei 06/2022**, acima descrito, **foi aprovado** por dezesseis votos contra um do plenário. **Votaram a favor:** Adriano Pereira Verediano, Alexandre Andreza Macedo, Alexandre Valdo Maitan, Allan Albert Lourenço Ferreira, Delandi Pereira Macedo, Diogo Pereira Lube, Ely Escarpini, Evandro Miranda, Leonardo Cleiton Camargo, Leonardo Pinheiro Dutra, Marcelo Fávero de Oliveira, Osmar Francisco, Paulo Grola, Paulo Sérgio de Almeida, Sandro Dellabella Ferreira e Sebastião Ary Corrêa; **votou contra:** José Carlos Corrêa Cardoso Júnior. / **Seguem justificativas de voto:** / **Adriano Pereira Verediano:** — Agradece aos vereadores por terem aprovado o projeto, que é mais um passo na luta por igualdade racial. / **Diogo Pereira Lube:** — Registra que, no dia 21/04, será comemorado o Dia Internacional da Luta Contra a Discriminação Racial. Frisa que a aprovação desse projeto é uma vitória para a Câmara e para Cachoeiro, sendo dado mais um passo contra o racismo estrutural e institucional e para tentar equalizar a imensa diferença que existe entre as minorias no Brasil. Agradece aos colegas por terem aprovado esse importante projeto. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Parabeniza o Vereador Gelinho, Ouvidor Racial da Câmara, que tem feito um grande trabalho. / Prosseguindo, foi colocado **em discussão o Projeto de Lei 19/2022 – Poder Executivo** (Autoriza a estadualização dos trechos das vias municipais CIT, que integram o Plano Rodoviário Municipal Rural, conforme Lei Municipal Nº 7.330/2015, incluindo-as no Plano Rodoviário Estadual, e dá outras providências). / **Sebastião Ary Corrêa:** — Comenta que já estava na hora de isso acontecer, porque as comunidades sofrem muito com a situação ruim em que se encontram aquelas estradas. Parabeniza o prefeito por esse projeto e declara que vai votar a favor da matéria. / **Delandi Pereira Macedo:** — Lembra que, no ano passado, os vereadores e empresários apresentaram ao Governo do Estado cinco projetos estruturantes para Cachoeiro, os quais visavam facilitar o escoamento da produção e evitar o trânsito pesado no centro da cidade. Salienta que um desses projetos é o do anel rodoviário, que inclui as Rodovias do Frade, de São Joaquim e do Caramba. Relata que a qualquer momento serão iniciadas as obras de duplicação na Rodovia do Frade, atendendo a um pedido dos vereadores. Então, diz que a Câmara tem sido protagonista de algumas ações importantes para Cachoeiro. Comenta que muitas pessoas dizem que os vereadores não trabalham, mas isso não é verdade. Deixa claro que, com a estadualização da estrada de São Joaquim, o Estado fará projeto para a pavimentação daquela via, o que vai facilitar o transporte da produção e dar qualidade de vida aos moradores locais. Parabeniza a Câmara e pede aos vereadores que aprovem esse projeto. Espera que o Governo do Estado aja com celeridade para dar início às obras, que são importantes para o progresso do Sul do Estado. Menciona que não sabe se o Governo do Estado conseguirá fazer todo o anel rodoviário de Cachoeiro, mesmo que o governador seja reeleito. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Registra que desse pacote também consta a tão sonhada ponte ligando os Bairros Valão e Village da Luz, o que vai desafogar o trânsito na região da Ilha da Luz nos horários de pico. / **Delandi Pereira Macedo:** — Informa que ainda fazem parte desse pacote as obras a rodovia universitária e a reestruturação do aeroporto de Cachoeiro. / **Diogo Pereira Lube:** — Fala da importância desse projeto para o Distrito Industrial de São Joaquim, onde são gerados muitos empregos e participa de forma intensa da economia do Sul do Estado e do Brasil.

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”



Então, diz que nada mais justo do que o Município dividir com o Estado a responsabilidade de dar manutenção àquele distrito. Lembra que os vereadores sempre fazem pedidos para a melhoria das estradas e da iluminação em São Joaquim. / Posto em votação, o **Projeto de Lei 19/2022**, acima descrito, **foi aprovado** por unanimidade dos presentes. / **Seguem justificativas de voto:** / **Leonardo Cleiton Camargo:** — Registra a presença da Presidente da Associação de Moradores de São Joaquim, a Dona Ângela, que não vê a hora de que sejam resolvidos os problemas daquele distrito. Analisa que, em São Joaquim, deveria ser estendido um tapete vermelho para se passar, devido aos recursos que o distrito gera para o Município e pelas boas pessoas que vivem lá. Lamenta a situação em que se encontra a estrada que dá acesso à Empresa Planeta Pedra e a que faz a ligação do distrito ao Bairro Aeroporto, nas quais os caminhões tombam e as chapas transportadas quebram. Acrescenta que o povo de Gironde e Soturno também merece que a estrada de Bom Jardim receba manutenção do Estado. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Explica que esse projeto abrange a estrada de Morro Grande até o Bairro Aeroporto. / **Leonardo Pinheiro Dutra:** — Agradece aos vereadores que estiveram na estrada de Bom Jardim, o que fortaleceu o pedido de estadualização dela. Também agradece aos colegas a aprovação do projeto, através do qual será feita a pavimentação daquela estrada. / **Osmar Francisco:** — Diz que votou a favor do projeto, porque conhece São Joaquim há muito tempo e também para prestigiar a Cláudia Lemos, que foi vereadora da Câmara e abriu caminho para que as indústrias se instalassem naquele distrito. / Na sequência, foi colocado **em discussão o pedido de Regime de Urgência** para apreciação do Projeto de Lei 22/2022 – Poder Executivo (Altera a redação do parágrafo primeiro do artigo 2º da Lei Nº 7938, de 09 de março de 2022). / **Brás Zagotto (Presidente):** — Informa que será votado o regime de urgência, pois o projeto não tem parecer da Comissão de Constituição nem da Procuradoria da Câmara. Diz que os agentes querem que o projeto seja votado hoje; o sindicato, na próxima sessão. Deixa claro que não pode colocar o projeto em votação hoje sem os pareceres; porém, se um vereador solicitar a inclusão da matéria na pauta, o plenário é soberano e poderá decidir isso. / **Delandi Pereira Macedo:** — Ressalta que todo projeto protocolado na Câmara, regimentalmente, tem noventa dias para tramitar. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Avisa que não há prazo para a tramitação dos projetos. / **Delandi Pereira Macedo:** — Explica que, quando é pedido regime de urgência, o projeto tem até quarenta e cinco dias para tramitar. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Comunica que, sendo votado o regime de urgência, a Procuradoria e a Comissão de Constituição vão dar os pareceres ainda esta semana para que o projeto seja apreciado na próxima sessão. / **Leonardo Cleiton Camargo, levantando questão de ordem:** — Em respeito aos agentes que estão presentes nesta sessão, diz que esse projeto deveria ser votado hoje. Comenta que vários projetos chegam à Câmara e, no dia seguinte, são votados. Ressalta que a Prefeitura disse que houve um erro, mas analisa que a administração não erra, e sim fez algo de propósito. Parabeniza os agentes que ficaram na sessão até o final para acompanhar a votação desse projeto. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Lembra que disse que um vereador poderia pedir a inclusão desse projeto na pauta. Frisa que não vai segurar isso sozinho, porque pode ser dada entrada em uma ADIN para derrubar a votação do projeto e os agentes não receberem nada; então, deixa claro que quer que tudo seja feito dentro da legalidade. Diz que é o plenário que vai decidir se o projeto será votado hoje. Enfatiza que, se der algum problema, todos os vereadores serão responsáveis. / Seguindo, **a inclusão do Projeto de Lei 22/2022 na pauta do dia foi aprovada** por quinze votos contra dois do plenário. **Votaram a favor:** Adriano Pereira Verediano, Alexandre Andreza Macedo, Allan Albert Lourenço Ferreira, Delandi Pereira Macedo, Diogo Pereira Lube, Ely Escarpini, Evandro Miranda, Leonardo Cleiton Camargo, Leonardo Pinheiro Dutra, Marcelo Fávero de Oliveira, Osmar Francisco, Paulo Grola, Paulo Sérgio de Almeida, Sandro Dellabella Ferreira e Sebastião Ary Corrêa; **votaram contra:** Alexandre Valdo Maitan e José Carlos Corrêa Cardoso

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”



Júnior. / Continuando, foi colocado **em discussão o Projeto de Lei 22/2022 – Poder Executivo** (Altera a redação do parágrafo primeiro do artigo 2º da Lei Nº 7938, de 09 de março de 2022). / **Leonardo Cleiton Camargo:** — Parabeniza os agentes por lutarem por aquilo que acham correto. Lamenta que muitos ainda não saibam o poder que tem a população. Acredita que, se os agentes não estivessem na Câmara, esse projeto seria votado de forma imediata. Salienta que o tíquete dos agentes não deveria ser de 350 reais nem 700 reais, e sim de 1 mil reais para cima, mas sabe que o governo vai dizer que não tem como pagar esse valor. Deixa claro que os vereadores não recebem tíquete. Indaga por que os políticos da Assembleia Legislativa recebem tíquete, auxílio paletó, auxílio saúde e outras coisas mais, que são pagas pelo povo. Então, diz que nada mais justo que os agentes de saúde e os de combate a endemias, os professores e todas as classes trabalhadoras sejam valorizados. Frisa que vai votar a favor dos agentes e contra o projeto. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Informa que os vereadores de Cachoeiro não recebem tíquete, gasolina e auxílio paletó nem têm telefone e plano de saúde pagos pela Câmara. Esclarece que o vereador de Cachoeiro recebe somente o salário, que é bom. / **Allan Albert Lourenço Ferreira:** — Afirma que os vereadores nunca ficariam contra os agentes de saúde e os de combate a endemias e todos gostariam que o salário da categoria fosse melhor, mas isso depende do orçamento do Município. Diz que vai votar com os agentes e espera que a classe seja valorizada. / **Diogo Pereira Lube:** — Comenta que votou a favor da inclusão do projeto na pauta, mas é preciso ter cuidado com as inseguranças jurídicas que as leis e a revogação delas podem trazer para os agentes a longo prazo. Frisa que a Câmara está ao lado dos servidores para que tenham a garantia do benefício, que é legal e constitucional. Entretanto, salienta que, quando um projeto não tem o parecer jurídico ou da Comissão de Constituição, os vereadores não conseguem interpretar alguma pegadinha que possa prejudicar os servidores lá na frente. Inclusive diz que o Município pode dar entrada em uma ADIN que revoga um benefício que os servidores já têm direito. Então, menciona que a preocupação de alguns vereadores é devido à insegurança jurídica. Relata que os servidores foram contra a vontade do sindicato da categoria, que sugeriu que o projeto fosse votado na próxima semana. Informa que vai votar contra o projeto, mas repete que é preciso se preocupar com o futuro, porque o que é garantido hoje pode não ser amanhã. / **Osmar Francisco:** — Lembra que já atuou no posto de saúde do Bairro Zumbi e foi companheiro de trabalho dos agentes e diz que vai votar com eles. / **Alexandre Valdo Maitan:** — Registra que votou contra a inclusão do projeto na pauta. Comenta que poderia ter votado a favor, inclusive os servidores iriam lhe aplaudir por isso, mas lembra que todos os dias briga por causa dessa postura adotada na Câmara hoje. Explica que o projeto do Poder Executivo está revogando uma lei aprovada na Casa há quinze dias. Comunica que os vereadores têm quarenta e cinco dias para discutir uma matéria, quando é aprovado o pedido de urgência. Analisa que os agentes estão na Câmara por causa da inconsequência, pois, se o projeto tivesse percorrido todos os trâmites, talvez, os vereadores tivessem verificado o problema e tentariam resolvê-lo. Menciona que não vai receber aplausos dos servidores, porque votou contra a inclusão do projeto na pauta para que não ocorresse a mesma besteira de duas semanas atrás. Deixa claro que, diante da sua convicção, deve fazer o que é correto, mesmo que o projeto demore um pouco para ser apreciado, mas sem consequências para os servidores. Diz que, hoje, os vereadores vão fazer a correção de algo que estava errado há duas semanas. / **José Carlos Corrêa Cardoso Júnior:** — Ressalta que vai seguir o mesmo caminho do Vereador Maitan. Frisa que a preocupação dele e do colega é legítima, porque, há quinze dias, pediu que o projeto que criava cargos na Prefeitura não fosse votado. Inclusive diz que um vereador lhe provocou, achando que iria solicitar que a proposta do tíquete também não fosse votada naquele dia, o que de fato fez, já que deve ser coerente. Registra que, como relator da Comissão de Constituição, mesmo que receba muitas críticas de vereadores, tem o compromisso de tentar proteger os servidores. Analisa que, se



há quinze dias o projeto tivesse sido verificado, os servidores já teriam se adiantado e falado com os vereadores. Frisa que votará com os agentes, mas pede que entendam que por coerência ele, Júnior, deve seguir os trâmites impostos pelo Regimento Interno, que determina que os projetos passem pelas comissões. / **Paulo Sérgio de Almeida:** — Comenta que esse projeto não recebeu parecer nem da Procuradoria da Câmara e pede aos servidores que analisem se realmente querem que essa matéria seja apreciada hoje, já que isso pode acarretar algum problema lá na frente. / **Sebastião Ary Corrêa:** — Dirigindo-se ao presidente, pergunta se os servidores não vão receber aumento caso os vereadores votem contra o projeto hoje. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Informa que será mantida a lei aprovada há quinze dias pela Câmara. / **Sebastião Ary Corrêa:** — Então, diz que está com os agentes. / **Alexandre Andreza Macedo, levantando questão de ordem:** — Pede ao presidente que oriente a votação. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Explica que, votando “sim”, o projeto será aprovado; “não”, rejeitado. Deixa claro que os agentes querem que o projeto seja rejeitado. / Posto em votação, o **Projeto de Lei 22/2022**, acima descrito, **foi rejeitado** por unanimidade dos presentes. / **Seguem justificativas de voto:** / **Leonardo Cleiton Camargo:** — Parabeniza a todos os agentes de saúde e os de combate a endemias que ganharam essa luta. / **Osmar Francisco:** — Parabeniza os agentes e diz que cumpriu a sua palavra. / **Allan Albert Lourenço Ferreira:** — Frisa que o pedido dos agentes foi atendido e pede a Deus que dê tudo certo. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Deixa registrados os posicionamentos dos Vereadores Maitan e Juninho e da Andrea, Presidente do Sindicato. Avisa aos vereadores que, na sexta-feira, às 14:00 horas, será realizada a Sessão Solene de Emancipação do Município de Cachoeiro de Itapemirim, e, na segunda-feira, às 14:00 horas, a Sessão de entrega de homenagens. / E nada mais a ser tratado, foi encerrada a presente Reunião, lavrada e assinada por Dilena Cláudia Tessinari Modesto Lucas, Redatora de Atas. _____